



UNIVERSIDADE DO MINDELO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, JURÍDICAS E SOCIAIS

**CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIA POLÍTICA E
RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

O IMPACTO DA DESCENTRALIZAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO DE SÃO VICENTE

IRODI VIVIANA PIRES MONTEIRO

Mindelo, 2014



Departamento de Ciências Humanas, Jurídicas e Sociais

Licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais

TÍTULO DA MONOGRAFIA:

O impacto da descentralização no desenvolvimento de São Vicente

AUTORA: IRODI VIVIANA PIRES MONTEIRO

ORIENTADOR: ENGENHEIRO JOÃO DO CARMO BRITO

MINDELO, 2014

Autora: Irodi Viviana Pires Monteiro

Título: o impacto da descentralização no desenvolvimento de São Vicente

Declaração de Originalidade

Declaro que esta monografia é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

A Candidata,

Irodi Viviana Pires Monteiro

Mindelo, 18 de Setembro de 2014

“Trabalho apresentado à Universidade do Mindelo como parte dos requisitos para obtenção do grau de licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais”.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho, todo este meu esforço intelectual aos meus pais, João Delgado Monteiro e Maria Pires Gomes, pelo carinho e educação com que me tem nutrido incansavelmente ao longo da vida.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus pela vida e saúde, pelos momentos em que me guiou para as soluções dos demais problemas com que tive que enfrentar até então e por fazer com que as pessoas acreditassem em mim, inclusive por me ter feito essa pessoa que sou hoje.

Endereço ainda os meus agradecimentos a minha família em geral e em particular aos meus pais João Delgado Monteiro e Maria Pires Gomes, a quem devo não somente a vida mas o aprender a conduzi-la de maneira justa, digna e confiante, que sempre souberam dar a força e a coragem que tanto precisei nestes quatro anos de sacrifício e percalços.

Ao meu Orientador, Professor, Engenheiro, João Do Carmo Brito pelo apoio moral, intelectual e pela sua responsabilidade, disponibilidade e exigência que me tem mostrado durante a realização deste trabalho.

Por fim, e não menos importante, agradeço a todos os meus colegas do curso, pela convivência, pelo ambiente, pela disponibilidade, pela amizade e todos os bons momentos que me proporcionaram.

A todos aqueles que contribuíram de uma forma ou de outra, para que esse trabalho fosse realizado com sucesso, um MUITO OBRIGADO!

“O único lugar onde o sucesso vem primeiro do que o trabalho é no dicionário” (Albert Einstein)

RESUMO

O presente trabalho que se intitula “o impacto da descentralização no desenvolvimento de São Vicente”, trata-se de uma monografia de licenciatura, fruto de uma pesquisa, cujo objecto incide sobre a análise da descentralização no desenvolvimento da ilha de São Vicente.

Em Cabo Verde a descentralização, tem sido fruto de uma construção colectiva, que tem funcionado como principal via para alcançar o desenvolvimento local e para o país em geral.

Relativamente a governação local, nos finais dos anos 80, os primeiros passos foram dados, com vista a implementação de uma verdadeira governação local em Cabo Verde. Em 1991, foram realizadas as primeiras eleições, em que o novo partido político, o “Movimento Para a Democracia”, que tinha acabado de surgir, saiu vencedor com maioria absoluta.

O trabalho encontra-se dividido em seis capítulos, em que o primeiro diz respeito ao conceito de descentralização em geral, uma breve definição da descentralização administrativa, e ainda descentralização e participação; O segundo capítulo é dedicado à descentralização e ao poder local em Cabo Verde; o terceiro capítulo refere-se a regionalização que tem sido um tema muito discutido entre os quatro partidos em Cabo Verde; o PTS, a UCID, o PAICV e o MpD. Nesse capítulo pode-se ver qual o modelo que cada um desses partidos desenha para nosso país; já o quarto capítulo refere-se ao conceito de desenvolvimento de uma forma generalizada.

O quinto capítulo, fala-se do desenvolvimento da ilha de São Vicente, abordando os diferentes modelos de gestão adoptados durante os três momentos distintos da governação local que são: o pós independência, o período depois das primeiras eleições autárquicas que vai de 1991 à 2004 e o período a contar a partir de 2004 até agora, como também um diagnóstico da situação socioeconómico da ilha de São Vicente; e por fim o sexto capítulo em que fizemos uma análise dos resultados do questionário.

Palavras-chaves: descentralização; poder local; regionalização; desenvolvimento local.

ABSTRACT

This work is entitled "the impact of the decentralization in the development of the Sao Vicente Island" it is a degree monograph, result of a research whose objective focuses on the analysis of decentralization in development of Sao Vicente island.

In Cape Verde the decentralization has been the result of a collective construction, which has functioned as the main way to achieve the local development and for the country in general.

Relatively to the local government, in the late 80s, the first steps were taken as a way to fulfill a true local governance in Cape Verde. In 1991, the first elections were held in the new political party, "The Movement for Democracy" which had just appeared, it came out as the winner with an absolute majority.

This work is divided into six chapters, in which the first one has to do with the concept of the decentralization in general, a brief definition of administrative decentralization, and further decentralization and participation; The second chapter is devoted to the decentralization and the local government in Cape Verde. The third chapter refers to the regionalization that has been discussed among the four parties in Cape Verde: PTS, UCID, PAICV and the MpD. In this chapter you can see which model each of these parties draw for our country. The fourth chapter refers to the concept of development in a general way.

The fifth chapter talks about the development of the island of Sao Vicente, addressing the different management models adopted during the three distinct moments of local governance that are: the post-independence, the period after the first local elections that happened in 1991 to 2004 and the period starting from 2004 until now, moreover a diagnosis of the socio-economic situation of the island of Sao Vicente; and finally the sixth chapter in which we analyzed the results of the questionnaire.

Keywords: local government, regionalization, local development.

SIGLAS

ACP- África, Caraíbas e Pacífico

ANMCV- Associação Nacional dos Municípios Cabo-Verdianos

BO- Boletim Oficial

CNUMAD- Conferencia das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento

CDS- Comissão para o Desenvolvimento Sustentável

CEPAL- Comissão Económica Para a América Latina

CRCV- Constituição da República de Cabo Verde

DGCI- Direcção Geral de Cooperação Internacional

EM- Estatuto dos Municípios

FAIMO- Frentes de Alta Intensidade de Mão-de-obra

IDH- Índice de Desenvolvimento Humano

LQD- Lei-quadro da Descentralização

MNE- Ministério dos Negócios Estrangeiros

MpD- Movimento para a Democracia

MNECC- Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades

ONU- Organização das Nações Unidas

ONGs- Organizações Não Governamentais

PDM- Programme de Desenvolvimento Municipal

PND- Programa Nacional de Descentralização

PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PIB- Produto Interno Bruto

PPC- Paridade do Poder de Compra

PTS- Partido do Trabalho e Solidariedade

PAIGC- Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde

PED- Países Em Desenvolvimento

QUIBB- Questionário Unificado dos Indicadores do Bem-estar

UE - União Europeia

UCID- União Caboverdeana Independente e Democrática

Índice

AGRADECIMENTOS.....	iii
RESUMO	v
SIGLAS.....	vii
INTRODUÇÃO	1
METODOLOGIA.....	2
CAPÍTULO I: DESCENTRALIZAÇÃO	4
1. Conceito descentralização	4
i. Descentralização administrativa	7
2. Descentralização e participação social.....	8
CAPÍTULO II: A DESCENTRALIZAÇÃO EM CABO VERDE	10
1. Processo da descentralização em Cabo Verde.....	10
2. O poder local e a descentralização em Cabo Verde.....	11
i. Poder local no contexto do regime colonial	12
ii. O poder Local no contexto da Primeira República.....	13
iii. O Poder Local no contexto da Segunda República.....	14
iv. Descentralização e o Poder Local na CRCV	14
v. Lei-quadro da descentralização (LQD)	17
vi. Estatuto dos Municípios (EM)	18
3. O poder local como factor de desenvolvimento de Cabo Verde	19
4. Cooperação descentralizada em Cabo Verde	21
5. Relação entre Cooperação Descentralizada e a Descentralização	25
CAPÍTULO III : REGIONALIZAÇÃO.....	27
1. Visão dos partidos políticos.....	27
i. Proposta do PTS- todas as ilhas devem ter igual voz no parlamento	27
ii. Proposta do PAICV	29
iii. Proposta do MpD	30
iv. Proposta da UCID	32
CAPÍTULO IV: DESENVOLVIMENTO	34
1. Conceito	34
i. Conceito do desenvolvimento no pensamento económico	35
ii. Desenvolvimento sustentável	38
iii. Desenvolvimento humano	41
2. Desenvolvimento local	42

3. Actores de desenvolvimento local	46
i. Governo local	46
ii. Empresas	49
iii. Instituições	49
Universidades	50
As organizações da sociedade civil.....	50
4. A Descentralização e o Desenvolvimento Local.....	51
CAPÍTULO V: DESENVOLVIMENTO DE SÃO VICENTE	54
1. Caracterização geral da ilha	54
2. Três momentos distintos da governação local.....	60
3. Diagnóstico dos sectores chaves da economia da ilha	62
4. O papel das ONG's e OSC's em São Vicente.....	64
CAPÍTULO VI: RESULTADOS DO ESTUDO QUANTITATIVO - ANÁLISE DO QUESTIONÁRIO.....	66
CONCLUSÃO	72
BIBLIOGRAFIA.....	74
ANEXO:	78

INDICE DE TABELAS

Quadro 1: Actores da governação local.....	47
--	----

INDICE DE FIGURAS

Figura 1: localização geográfica de São Vicente.....	54
--	----

INTRODUÇÃO

Objecto do trabalho

O presente trabalho que se intitula “o impacto da descentralização no desenvolvimento de São Vicente”, trata-se de uma monografia, cujo objecto incide sobre a análise da descentralização no contexto do desenvolvimento de São Vicente, cujo objectivo é avaliar o seu impacto para o desenvolvimento da ilha.

A escolha deste tema para o estudo e realização desse trabalho não foi por mero acaso. Este tem vindo a ser um tema muito debatido na sociedade cabo-verdiana e também porque, funciona como o principal motor do desenvolvimento global do País.

É de extrema importância estudar esse tema, para que tenham algum conhecimento dele e participar de forma activa nos debates que possam vir a ser feitos.

A descentralização é vista como uma das vias privilegiadas de resposta aos desafios que possam encontrar na sociedade. Ela é susceptível de conduzir a uma melhor gestão dos assuntos da sociedade, pela participação das populações nas tomadas de decisões, pela proximidade de exercício da democracia, pela partilha de responsabilidades e exercício activo da cidadania.

Com essas considerações, acrescentamos que o presente trabalho se justifica, pelas seguintes motivações:

- Importância e actualidade do tema;
- Motivação pessoal em conhecer melhor o tema e aprofundar os conhecimentos adquiridos.

Pergunta de partida

Para a realização da investigação, colocou-se a seguinte pergunta de partida:

Qual o impacto da descentralização no desenvolvimento de São Vicente?
--

Objectivos do trabalho

Objectivo geral

O presente trabalho tem por objectivo geral, analisar e avaliar o impacto que o processo de descentralização implementado em Cabo Verde até ao presente momento tem tido para a ilha de São Vicente.

Objectivos específicos

Para dar sustentabilidade ao objectivo geral, propomos os seguintes objectivos específicos:

- Dar a conhecer um pouco o que tem sido a descentralização em Cabo Verde;
- Regionalização: sim ou não? Qual o melhor caminho?
- Avaliar as vantagens e desvantagens da descentralização no desenvolvimento do Município de São Vicente.

Hipótese: um maior nível de descentralização permitirá ao município de São Vicente alcançar as condições necessárias para potenciar o desenvolvimento local.

METODOLOGIA

A metodologia do trabalho assenta numa combinação entre o estudo quantitativo e uma pesquisa bibliográfica com o intuito de aprofundar teoricamente esse tema.

Convém, no entanto salientar que durante a fase de pesquisa foi difícil encontrar manuais que abordassem os temas que se inserem no âmbito dessa pesquisa.

Para atingir os objectivos desse trabalho, decidimos inquirir dezanove (19) indivíduos, nas quais seis são eleitos nacionais, três locais e dez cidadãos comum.

Os questionários aplicados aos eleitos nacionais e locais, foram enviados por emails, na impossibilidade de um encontro pessoalmente. Relativamente aos cidadãos comuns, os questionários foram entregues em mão e preenchidos pelos próprios inquiridos, depois de lhes ter dado todas as explicações necessárias.

Optamos pelo inquérito por questionário, uma vez que, assim fica mais fácil verificar a hipótese e analisar as correlações que essa hipótese sugere, dado o número de pessoas inquiridas e o tratamento quantitativo das respostas obtidas.

O estudo realizado vem desde o período colonial em que não havia poder local em Cabo Verde, logo nem descentralização, até o presente momento em que já temos visível um Cabo Verde descentralizado, mais propriamente na ilha de São Vicente.

CAPÍTULO I: DESCENTRALIZAÇÃO

1. Conceito descentralização

“Sumariamente, a descentralização configura-se como um conceito técnico e jurídico relativo à organização do Estado, tendo em vista a repartição de funções entre os níveis central e local é um movimento que se traduz na transferência, feita por lei, de atribuições e competências do Estado (...) para as autarquias locais. Mas é também um conceito de cariz político-administrativo, ligado à ideia de democracia local” (Oliveira, 2004).

Parafraseando Machado (1982), “descentralização era o outro nome de liberdade”.

Os processos descentralizadores constituem a transferência de autoridade no planeamento e na tomada de decisões.

O conceito "descentralização" vem-se posicionando desde há um tempo, nos primeiros lugares na parada de palavras mais frequentemente usadas pelos políticos, administradores e cientistas. Repentinamente, a palavra parece ter virado moda.

“Etimologicamente, descentralizar significa tirar do centro para a periferia. Aplicado a organização estatal, traduz o processo através do qual atribuições administrativas do Estado, enquanto pessoa colectiva de âmbito nacional e com fins gerais, são distribuídas para pessoas colectivas distintas e de âmbito territorial ou institucional mais limitado. Genericamente, a descentralização, é, pois, um critério de repartição de competências e atribuições da comunidade nacional organizada, entre o estado e entes distintos” (Carlos Veiga)¹.

Descentralização caracteriza-se quando um poder absoluto passa a ser repartido, por exemplo, quando uma pessoa ou um grupo tinha um poder total e absoluto, e depois é repartido este poder com outras pessoas ou outros grupos, ou seja ele foi descentralizado e repartido².

Este conceito é um conceito muito amplo. Ainda, segundo o Dr. Carlos Veiga, o conceito de descentralização engloba todas as situações em que, formalmente, existem outras pessoas colectivas públicas a exercer funções administrativas, indo para além do caso das autarquias locais, também o de entes de base não territorial, como as associações públicas, as universidades ou as instituições particulares de interesse público (descentralização corporativa ou associativa, também institucional para alguns) e ainda os meros institutos públicos (descentralização funcional ou por serviços, também chamada de devolução de poderes).

“A descentralização é antes de mais um conceito técnico e jurídico relativo à organização do Estado, tendo em vista a repartição de funções entre os níveis central e local, um movimento que

¹CARLOS VEIGA foi o Primeiro-ministro da II República de Cabo Verde

²Wikipédia, a enciclopédia livre, 2009

se traduz na transferência, feita por lei, de atribuições e competências do Estado (e das regiões autónomas para as autarquias locais)” (Oliveira, 2005).

A descentralização cria condições que permitam a tomada de decisão a nível regional ou local implicando, portanto, uma transferência efectiva dos meios e poderes de decisão. Para além disso, inclui formas diferentes de combinar, hierarquicamente, instituições e distribuição de poder.

“A descentralização é um processo político, concebendo-a como uma redistribuição do poder político, do nível central para esferas hierarquicamente subordinadas ao governo e como mecanismo para o aprofundamento da democracia do Estado “ (Sousa, 1995).

Esta não é um conceito absoluto, a sua implementação implica um certo grau de centralização. Nesse caso o poder central ocupa o papel de garantir que as diferenças existentes entre as unidades descentralizadas sejam consideradas ao longo do processo e que suas acções estejam integradas sob um plano mais geral.

A forma de descentralização a ser adoptada está relacionada com os serviços a serem descentralizados, os tipos de actividades que serão assumidas a nível local, a organização política e as acções que serão desenvolvidas nas administrações regionais e nas suas regiões de actuação.

A descentralização faz parte da governação democrática. Este envolve um vasto conjunto de poderes, responsabilidades e recursos que são transferidos dos níveis mais altos dos sistemas políticos (governos centrais) para autoridades eleitas a uma escala “mais abaixo”. Neste sistema, a função administrativa não encontra-se confiada apenas ao Estado, mas também a outras pessoas colectivas territoriais distintas do Estado, designadamente as autarquias locais.

Segundo a legislação brasileira, a descentralização pode ser implementada de duas formas distintas:

- a) **Outorga** – ocorre quando a transferência é feita para uma entidade administrativa por meio de lei e por prazo indeterminado (titularidade e execução).
- b) **Delegação** – ocorre quando a transferência é feita a um particular, por ato ou contrato e por prazo determinado (apenas a execução).

“Descentralizar, traduz a existência de um poder local e democraticamente legitimado pelo povo, autónomo e detentor de identidade, funções, responsabilidades e objectivos próprios, o que não obsta a que seja simultaneamente um poder em perfeita articulação com o Estado central e em sintonia com as grandes metas de toda a sociedade” (Carvalhais, 2009).

Para Rocha (2005), alguns autores chama-se descentralização o processo de transferência de atribuições e poderes para as administrações autónomas seja a territorial ou associativa. Enquanto que, para outros autores, dando um significado mais amplo, incluem neste conceito todas as formas de distribuição de atribuições por entidades, sejam estas da administração autónoma seja da administração indirecta.

“A descentralização significa na teoria, a possibilidade de ampliação para o exercício dos direitos, a autonomia da gestão Municipal, a participação, controle e gestão cidadina no seu quotidiano, assim como a potencialização de instrumentos adequados para o uso e redistribuição mais eficiente dos escassos recursos públicos e para reverter as tendências globalizantes dos projectos de planeamento, possibilitando a desburocratização administrativa da agenda”(Jacobi, 1990).

Sendo a descentralização representado como sendo uma redistribuição de recursos numa sociedade, o risco de conflito de interesses em termos de tensões entre classes, níveis de governo, grupos étnicos, regiões, centros e periferia é cada vez maior, uma vez que os recursos não são distribuídos da mesma forma para todos.

Para Jacobi (1990), a descentralização supõe o desenvolvimento de um processo complexo, que tem como aspectos principais são: a divisão territorial da cidade, a organização político- administrativa das instâncias territoriais e a assiguação de competências, funções e recursos expressos na possibilidade de promover uma real descentralização territorial.

“Todos reconhecem que, mesmo com as suas grandes limitações e problemas, a descentralização contribuiu decisivamente para a ampliação das formas de acção administrativa e para a sua aproximação das populações, impulsionou sobremaneira o desenvolvimento social do país e a iniciativa e economia locais e ajudou relevantemente ao fortalecimento da ordem democrática” (Carlos Veiga).

Falando assim da descentralização, pode suscitar dúvidas relativamente aos conceitos descentralização, centralização e desconcentração. Estes três conceitos são totalmente diferentes, na medida em que, segundo Dr. Carlos Veiga, haverá **Centralização** numa dada esfera sempre que todas as atribuições da comunidade nacional nessa esfera forem por lei, exclusividade do Estado. Inversamente, segundo o mesmo autor, haverá **descentralização** se essas atribuições não estiverem confiadas somente ao Estado, mas também a outras pessoas colectivas. Portanto, basta que haja num estado autarquias locais com personalidade jurídica distinta, para que exista descentralização.

A **desconcentração** é o fenómeno que ocorre no seio de uma só e mesma pessoa colectiva pública e traduz-se na repartição do poder de decisão administrativa imediata, ou seja de competências (não de atribuições) relativas às atribuições ou fins dessa

pessoa colectiva, entre os seus diversos níveis hierárquicos ou estruturas orgânicas. Está ligada primacial e essencialmente à busca da eficiência dos serviços, pouco relevando as referidas ideias de democracia e autonomia, e nada relevando as de poder local e autarquia.

A descentralização vem sendo factor de afirmação do regime democrático pois, há uma grande evolução das mentalidades quanto ao exercício da cidadania a nível local e o reforço da democracia, muito em particular sobre o lugar e o papel dinamizador que cabe ao Poder Local o qual tem-se revelado mais apto na promoção do acesso a equipamentos sociais nas áreas da educação, desporto e saúde, no abastecimento de água e energia, no fomento de actividades económicas locais, na infra-estruturação urbanística, na habitação social, etc., pese embora a exiguidade dos recursos financeiros, humanos e materiais com que os municípios se confrontam.

i. Descentralização administrativa

Esta representa uma questão muito importante para a coordenação dos processos de descentralização e reforma dos serviços.

Constitui, também, um objectivo fundamental enquanto aposta estratégica no princípio de subsidiariedade. Princípio que, inserido numa dinâmica de modernização do Estado e num modelo de organização administrativa, tende à obtenção de melhores níveis de satisfação das necessidades dos cidadãos, em termos mais eficiente e eficazes e conformes com o sentido de autonomia responsável dos regimes democráticos.

“Diz-se que há descentralização administrativa quando uma parte, maior ou menor, da função administrativa é autonomamente realizada, pelo Estado, através dos seus órgãos administrativos (ou seja, pelo governo e pelos órgãos dele dependentes), mas por outras pessoas colectivas públicas, através dos seus órgãos, mediante o exercício de poderes próprios, ainda que sob o controle dos órgãos do Estado” (Afonso Queiró).

Portanto, esta ocorre quando o estado cria outra pessoa jurídica, apartada da estrutura da administração directa, para desempenho de funções administrativas. Isto é, para que haja descentralização, deve haver portanto, duas pessoas jurídicas diferentes que neste caso seria o Estado (união Distrito Federal, Estado ou município) e uma pessoa jurídica (fundação pública, autarquia, delegatório de serviços público) que desempenhará o serviço.

Se houver uma descentralização mal feita, isto é, deficiente, o desempenho das funções estatais serão afectadas, tendo como consequência, aumento nas disparidades regionais. Como exemplo da descentralização administrativa temos a municipalização que é uma descentralização administrativa, tanto das políticas como também dos mecanismos de intervenção pública para o plano municipal, transferindo ao município a capacidade decisória como espaço do poder local.

A descentralização administrativa, favorece a democratização das relações sociais porque ampliará os espaços de participação dos sujeitos na esfera pública.

2. Descentralização e participação social

A descentralização é um processo que facilita a participação da sociedade, contribuindo assim para a democratização do estado.

O conteúdo da participação é algo bem amplo porque além de oferecer a sociedade uma maior oportunidade de acesso a informação, é também o meio utilizado pelo cidadão na reivindicação e confrontação com o governo, na descentralização que pressupõe a gestão mediante novos canais representativos: concelhos e comissões populares. Fortalece o poder local e amplia também as oportunidades do cidadão na escolha das suas alternativas e na decisão sobre seu destino.

Com a participação dos cidadãos os problemas sociais ficam mais fáceis de serem resolvidos, porque assim saberão dar prioridade aos problemas que mais os afectam.

As formas de representação e participação dos actores sociais nas tomadas de decisões dependem da abrangência espacial e temática do objecto do planeamento. Portanto, quanto menor a unidade espacial (município ou comunidade) e mais simples os segmentos planeados, maiores os espaços para a democracia directa e menores as mediações de representação dos actores. Assim, dependendo da instância e do foco do planeamento, mudam os actores, as variáveis, as relações com o contexto e, como consequência, as formas e os mecanismos de participação da sociedade. A participação da sociedade passará a ser feita em várias instâncias e assim, podendo os actores sociais organizarem em diversas formas, segundo a natureza e a abrangência do município ou localidade.

“A descentralização se inscreve como condição necessária mas não suficiente para desenvolver a participação. (...) a descentralização aparece como requisito indispensável para estimular uma dinâmica participativa, baseada na possibilidade da difusão de informação, o estabelecimento de

canais de comunicação entre eleitores e eleitos, técnicos e usuários, e a procura de mecanismos de articulação entre instituições representativas e organizações sociais” (Belmartino 1990).

A descentralização é um processo que requer a participação popular através de Concelhos Municipais e portanto deve haver uma mentalidade ou cultura democrática de participação desde os que controlam os recursos municipais até os segmentos da sociedade para que todos possam tomar parte nas decisões dos sectores em que atuam.

“A descentralização se presta a participação, que o reconhecimento do direito de participação é uma forma de descentralizar e que as autárquicas descentralizadas participam na elaboração e execução do plano ou da política económica e social” (Machado, 1982).

Ainda segundo o mesmo autor, a participação da sociedade ajuda para uma melhor integração social e para uma maior estabilidade política.

“A participação seria indispensável como elemento do processo da descentralização pelo qual as pessoas se consciencializam dos seus próprios interesses e ficam em consequência habilitados a promovê-los” (Machado, 1982).

“Uma participação real precisa consequentemente da informação aos cidadãos dos problemas que ocorrem ao seu redor para que possam opinar. Uma gestão verdadeiramente participativa precisa, simultaneamente, de expor a clareza dos objectivos e fins ao se propor a criação de canais participativos para que não sejam frustradas as perspectivas de mudança na descentralização municipal” (Jacobi, 1989).

Com a participação da sociedade ficará mais fácil identificar quais as maiores necessidades que as sociedades enfrentam e assim tentar resolvê-las. Mas, para que aja uma boa participação dos cidadãos, estes devem estar informados dos problemas que ocorrem ao seu redor para que possam opinar, visto que, ninguém pode ou consegue dar a sua opinião sobre determinado assunto se não o conhecer.

“A descentralização e a participação, exprimem uma ideia do reconhecimento das várias autonomias sociais, a relatividade, hoc sensu, do princípio democrático, e um contrapoder ou barreira a transformação de certas funções sociais do estado em funções de dominação” (Machado 1982).

CAPÍTULO II: A DESCENTRALIZAÇÃO EM CABO VERDE

1. Processo da descentralização em Cabo Verde

A história de Cabo Verde teve início com o seu achamento em 1460 a 1975 pelos navegadores portugueses que, apesar de algumas dificuldades encontradas, deram arranque ao povoamento, começando uma vida baseada no comércio com a costa africana e, depois, com a Europa e a América por causa do tráfico negreiro. A dominação colonial foi primeiro caracterizada por uma sociedade escravocrata e, a partir de 1883 por uma colónia de serviços. Durante este período não houve nem descentralização, nem poder local.

Após o 25 de Abril de 1974 em Portugal e, na sequência dos acordos entre o Governo Português e o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), o governo de transição foi instalado com o objectivo de alcançar a independência assegurando as condições políticas e administrativas. A 5 de Julho de 1975, Cabo Verde tornou-se independente, optando-se pelo monopartidarismo que vigorou quinze anos. Durante este período de transição muitos movimentos populares apareceram, exprimindo uma completa ruptura com o regime colonial e fascistas. Nomeadamente a nível dos Concelhos, no decorrer de 1974, as populações tiveram a iniciativa de escolher cidadãos para integrarem Comissões Administrativas para, de forma espontânea, substituírem os Administradores de Concelho.

Paralelamente aos esforços de instalação de órgãos e estruturas próprios do Estado independente, de infra-estruturação do país e satisfação das necessidades básicas das populações, em substituição das Comissões Administrativas, foram criados e instalados Conselhos Deliberativos, dirigidos por um Delegado do Governo, representante do Governo Central.

Com a Independência Nacional em 1975 e sob o impulso Administrativo do Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde, houve alguns marcos no processo de descentralização em Cabo Verde:

Houve surgimento de algumas organizações de carácter participativo nos ramos sindicais, cooperativo, da mulher e da juventude, desempenhando funções importantes.

Relativamente às comunidades, implementaram Comissões de Moradores, as quais desempenharam tarefas de saneamento e outras em benefício das respectivas comunidades.

Em 1981/1985, o Programa do Governo consagrava o poder local como poder político, devendo os seus órgãos serem eleitos democraticamente, impondo ao Estado o dever de apoiar a acção das colectividades territoriais descentralizadas e dotadas de autonomia.

O Programa do Governo de 1986/1990 insistia na necessidade de aplicação progressiva da descentralização, sendo, neste período, tomadas medidas de carácter legislativo em matéria do poder local, tais como a Lei das Bases das Autarquias Locais (Lei 47/III/89), a Lei Eleitoral Municipal (Lei 48/III/89), a Lei da organização e funcionamento da administração municipal (Decreto-Lei 52-A/90) e a Lei das Finanças Locais (Decreto-Lei 101-0/90), que encontraram aplicação prática só após as eleições legislativas de 1991, embora posteriormente revogadas ou adaptadas ao novo figurino da descentralização e do poder local.

Enfim, com a passagem do sistema para o multipartidarismo em 1991, os primeiros passos para o modelo da descentralização e poder local autênticos, começaram a ser dados com as primeiras eleições democráticas dos órgãos municipais em Dezembro de 1991, regidas pela Lei Eleitoral adoptada ainda no regime anterior. Mas o passo decisivo em prol da existência e do fortalecimento do poder local em Cabo Verde foi dado pelo novo texto Constitucional da República, de Setembro de 1992.

2. O poder local e a descentralização em Cabo Verde

O poder local é em Cabo Verde muito importante, constitui um factor determinante da organização da política, territorial e democrático do poder instituído. Enquanto a descentralização é também apresentado como sendo a condição necessária para a realização e avanço da democracia, uma vez que estimula a participação das populações, funciona como principal motor de desenvolvimento global do país, aproxima o centro de decisões das populações e contribui para o reforço do poder local e modernização da administração.

O poder local tem vindo a ganhar espaço nas teorizações recentes devido aos actuais processos de globalização, a mudança social no sentido da maior liberdade e também

equidade das populações. Este contribui de modo muito positivo para a consolidação da democracia e desenvolvimento de um país.

A descentralização vem sendo factor de afirmação do regime democrático pois, há uma crescente evolução das mentalidades quanto ao exercício da cidadania a nível local e o reforço da democracia, muito em particular sobre o lugar e o papel dinamizador que cabe ao Poder Local o qual tem-se revelado mais apto na promoção do acesso a equipamentos sociais nas áreas da educação, desporto e saúde, no abastecimento de água e energia, no fomento de actividades económicas locais, na infraestruturização urbanística, na habitação social, etc., pese embora a exiguidade dos recursos financeiros, humanos e materiais com que os municípios se confrontam.

i. Poder local no contexto do regime colonial

“O poder local em Cabo Verde representa uma instituição, cujas raízes acompanham as demais tradições populares, dada a sua íntima ligação à vida quotidiana das populações” (Livramento 2011).

O comércio levou, desde muito cedo, a Coroa Portuguesa a estabelecer um sistema de cobrança de impostos e de controlo de entradas e saídas de mercadorias, começando pelas transacções entre a ilha de Santiago e a Costa Ocidental Africana.

Isto exigiria uma organização administrativa mínima centralizada na figura do Capitão - donatário que, a um passo, acumularia as funções políticas de feitor ou rendeiro com as de representatividade dos moradores na sua participação na vida comunitária através da Câmara.

Assim, o primeiro município cabo-verdiano seria estabelecido logo em 1475, na Ribeira Grande de Santiago.

Este Município ganhou furos de poder local e protagonismo paralelo ao poder régio. As câmaras muitas vezes, na ausência ou desinteresse de outros poderes durante as crises agudas provocadas pela fome protegeram as populações e organizaram os seus principais interesses alimentando e agasalhando os necessitados, enterrando os mortos e mantendo a sobrevivência ao nível da dignidade.

Segundo Iva Cabral, durante os séculos XVI, XVII e XVIII, o poder local na ilha de Santiago e em todo o arquipélago eram dominados pelas Elites.

Na ilha de Santiago nos séculos mencionados, o poder local foi ocupado, por três elites diferentes na sua composição social, económica e racial. A primeira elite da Ribeira Grande apesar de não ter grande interesse em servir na Câmara, sempre controlou o poder local. O que permitia aos homens poderosos do século XVI deter o verdadeiro poder era a comunicação privilegiada que mantinha com o reino através de seus familiares muitas vezes bem colocados na corte. Essa comunicação directa com o poder central permitiu-lhes, muitas vezes, passar por cima dos próprios funcionários régios e dirigir-se directamente ao Rei. A partir dos finais do século XVI e início do século XVII, nasce em Santiago uma outra elite que é ainda constituída por reinóis (poucos), mas principalmente pelos chamados “filhos da terra” (brancos e mulatos) que irrompem, nessa época, na história das ilhas. A terceira elite (que surge na história das ilhas na segunda metade do século XVII) é Endógena, mestiça e agora, se trata de uma elite cabo-verdiana.

Nos últimos anos do regime colonial, com excepção dos casos da Praia e de S. Vicente, verificou-se um certo declínio das Câmaras.

Com o surgimento do Estado Novo verificou-se uma nova organização administrativa com a criação dos administradores do concelho a ocupar o lugar e atribuições da Câmara.

ii. O poder Local no contexto da Primeira República

No texto da constituição da Primeira República, no capítulo V, artigo 88º, aborda alguns pontos sobre o poder local tais como:

- “Os órgãos do poder local fazem parte do poder estatal unitário. Eles baseiam-se na participação popular, apoiam-se na iniciativa e capacidade criadora das comunidades locais e actuam em estreita coordenação com organizações de massas e outras organizações sociais.”
- “O poder local organiza-se essencialmente a partir das autarquias locais.”
- “A lei regula a organização as atribuições e as competências do poder local.”

Surge aqui a ideia do centralismo democrático. Com a lei nº 47 e 48/III/89 de 13 de Julho estabeleceu, respectivamente as bases das autarquias locais e as regras municipais, e com o decreto-lei número 52 A/90 de 4 de Julho, que se fixou a organização e o

funcionamento dos municípios. No período de transição para a independência, Primeira República (1975/1990), são criadas Comissões Administrativas (em 1975), extintas no mesmo ano, e em substituição foram adoptados como órgãos de Administração Municipal, os Conselhos Deliberativos e os Secretariados Administrativos que passam a ser dirigidos pelo Delegado da Administração Interna;

iii. O Poder Local no contexto da Segunda República

Com o advento da Segunda República (1990) - as Autarquias Locais foram institucionalizadas novamente (descentralização jurídica – artigo 252 e 253 da Constituição da República de Cabo Verde -CRCV), como forma de organização territorial do Estado.

Por sufrágio directo e universal são eleitos (1991) os primeiros Órgãos Autárquicos num processo eleitoral muito concorrido e participado (descentralização política).

Os municípios são dotados de autonomia política, administrativa e financeira. Assim o estado entendeu colocar a disposição das autarquias os meios que lhes permitissem assegurar a realização das suas atribuições e competências.

A descentralização é então assumida em termos constitucionais como vector essencial da organização do Estado, e elemento chave para a construção de um Estado de responsabilidades partilhadas, assentes em princípios de complementaridade e da subsidiariedade.³

iv. Descentralização e o Poder Local na CRCV

A CRCV (2010, artigo 2º,2) se refere de uma forma resumida à descentralização, e o conceito da descentralização que decorre na nossa Lei fundamental. No artigo 2º, 2, reconhece e respeita, na organização do poder político, a natureza unitária do Estado, a forma republicana de Governo, a democracia pluralista, a separação e a interdependência dos poderes, a separação entre as Igrejas e o Estado, a independência dos Tribunais, a existência e a autonomia do Poder Local e a descentralização democrática da Administração Pública.

³Artigo 2º, n. 2 e 236º, n. 2 da CRCV

A Associação Nacional dos Municípios Cabo-Verdianos (ANMCV) deve ser considerada como a interlocutora privilegiada do Governo, enquanto espaço de convergência e representatividade dos interesses e posições dos seus associados relativamente as grandes questões relacionadas com o Poder Local e a descentralização.

Para o efeito, é defendido o reforço da capacidade técnica da ANMCV para que em tempo oportuno, possam tratar as informações que podem ser úteis para os seus associados e responder às muitas solicitações que lhe são feitas pelas estruturas da Administração Central, directa e indirectamente, pela sua importância temos aqui algumas iniciativas legislativas, umas previstas, outras não, mas que podem ser essenciais para consolidação do Poder Local (ANMCV, 2010).

- **Lei-quadro da descentralização**, uma das prioridades de forma a clarificar os limites, formas e mecanismos a seguir na transferência de novas atribuições para os Municípios;
- **Lei do património municipal** que deverá clarificar a titularidade dos bens de domínio público municipal;
- **Estatutos da função pública local** que baseado nos princípios gerais, desenvolve as carreiras técnicas municipais de forma mais ajustadas as especificidades funcionais da Administração Local e creio estímulos compensatórios para reter quadros nos Municípios ditos periféricos;

A República de Cabo Verde é portanto, um Estado de direito democrático, que defende a existência da descentralização democrática e a autonomia do Poder Local e da Administração Pública.

A Constituição fala, explícita ou implicitamente de descentralização em vários dos seus preceitos:

- Nos seus artigos 1º nº 4 e 7º d), impondo à República e ao Estado que, como uma das suas tarefas fundamentais, progressivamente, crie as condições indispensáveis para removerem os obstáculos à “efectiva participação” “democrática” dos cidadãos “na organização política, económica, social e cultural do Estado”;
- No seu artigo 2º, sujeitando a organização do Estado de direito democrático, além do mais, ao princípio do “pluralismo de expressão e de organização

política democrática”, e ao reconhecimento e respeito, na organização do poder político, da “existência e (...) autonomia do poder local” e da “descentralização democrática da Administração Pública”, no quadro da “natureza unitária do Estado”;

- No seu artigo 3º nº 3, colocando o “poder local” ao lado do Estado na sujeição dos seus actos á Constituição;
- No seu artigo 59º nº 3, prevendo a possibilidade de acção popular para defesa do património das autarquias locais;
- No seu artigo 91º nº 9, prevendo um domínio público das autarquias locais distinto do Estado;
- No seu artigo 93º nºs 1 e 5, estatuinto que o sistema fiscal deve prover as necessidades financeiras das autarquias locais, também (repartição tributária), e prevendo a possibilidade de haver “impostos municipais”;
- Entre outros tantos artigos⁴.

No seu Título VI intitulado de **Poder Local** (artigos 230ª a 239º), reafirmando a existência de autarquias locais como elemento da organização do Estado, definindo o seu conceito, sujeitando a sua criação, modificação e extinção á lei com prévia consulta, estabelecendo as suas categorias, conferindo-lhes o direito ao apoio solidário do Estado e declarando o seu grau e modalidades de autonomia (administrativa, financeira, organizativa interna, normativa e associativa), o seu modelo de organização institucional e o seu regime de tutela administrativa;

- No seu artigo 240º nºs 2 e 4, consagrando como princípios da estruturação da Administração Pública, com vista à eficiência e qualidade do seu serviço, os da “subsidiariedade, desconcentração e descentralização”, sem prejuízo da eficácia e unidade da acção e dos poderes de direcção, superintendência e tutela e prevendo as associações públicas tendo por objecto a satisfação de necessidades publicas específicas relevantes e organização interna democrática;
- No seu artigo 244º nº 4, que sujeita à reserva de lei o regime e o modo de criação das polícias municipais;

⁴ Ver os artigos seguintes na CRCV de 2011: art. 103º nºs 1, 3 g) e h), 5 e 7; art. 106º nº 1; art. 118º nº 3; art. 120º nº1; arts. 176º i), j) e n) e 161º nº 3; art. 177º e) e n); art. 205º c);...

- No seu artigo 257º nº 2, que prevê a existência de um Conselho para o Desenvolvimento Regional, integrado no Conselho Económico e Social;
- No seu artigo 269º 1 f) e i) que prevê a publicação no BO dos regulamentos e dos actos de conteúdo genérico das autarquias municipais ou de grau superior e bem assim dos regulamentos emanados da administração autónoma;
- No seu artigo 290º nº 1 e), elencando a “autonomia do poder local” como limite material de revisão constitucional.

Com tudo o que acabamos de citar mais acima, pode-se ver que temos uma constituição descentralizadora, que consagra o pluralismo e a efectiva participação democrática dos cidadãos relativamente a organização política, económica, social e cultural do Estado, por isso colocando a descentralização como uma das ferramentas centrais abrangentes no desenho institucional do poder político seja no plano administrativo, seja no social e cultural e no económico.

v. Lei-quadro da descentralização (LQD)

Essa lei foi aprovada pela lei nº 69/VII/2010, que estabelece o “quadro” da descentralização administrativa e o regime das parcerias público-privadas de âmbito regional, municipal e local. Aquela refere-se a um diploma que vai para além do poder local que a constituição do poder local que a constituição refere, uma vez que não abrange somente a descentralização administrativa territorial, em que o poder local se concretiza, mas também a descentralização institucional e as parcerias público-privadas de âmbito não nacional, que integram o conceito de descentralização democrática da administração pública.

- No seu artigo 2º faz uma definição do conceito de descentralização administrativa;
- Indica (artigo 3º) um conjunto de princípios gerais que devem estar subjacentes a descentralização, como por exemplo temos:
 - Existência e autonomia das autarquias locais, mas também a descentralização democrática da administração pública se impõem ao Estado, que reconhece e deve promove-las;

- A descentralização tem por finalidade assegurar o reforço da coesão nacional, promover a eficiência e a eficácia da gestão pública para assegurar os direitos dos administradores; entre outros.
- Essa lei exprime ainda, expressamente o direito de descentralizar;
- No seu artigo 5º concretiza os modos por que a descentralização se pode fazer;
- Define de forma clara o artigo 6º as categorias de autarquias locais, indicando que são: o município, com categoria básica; as freguesias de grau inframunicipal e correspondentes as suas subdivisões administrativa do território municipal; e as regiões, de grau supra municipal. O regime jurídico específico de cada categoria deve ser definido por lei e nos respectivos estatutos, no quadro estabelecido pela constituição⁵. Todas as regiões devem ser criadas simultaneamente (artigo 4º)⁶.
- No artigo 7º define o processo de criação, alteração e extinção das autarquias locais;
- Permite (artigo 8º), para efeitos de descentralização⁷ a classificação de autarquias locais da mesma categoria, em função do grau de desenvolvimento económico e social do seu território, do seu desenvolvimento organizacional e de qualificação dos seus recursos humanos financeiros próprios.
- Enfim, a LQD é um diploma que consagra nos seus vários artigos a descentralização e o poder local.

vi. Estatuto dos Municípios (EM)

À luz do artigo 6º da LQD o papel dos estatutos é o de, ao lado da lei, definir o regime específico de cada categoria de autarquias locais dentro do quadro estabelecido pela constituição.

O EM enuncia os princípios gerais (artigos 1º a 22º) dos municípios. Inclui todos os princípios defendidos pela LQD, mas também outros princípios importantes que não se encontram explícitos nessa lei.

- Nos artigos 26º a 44º encontram-se as atribuições Municipais;

⁵ A lei parece exigir que deve haver um estatuto específico para cada município, aliás, o que já acontece com os municípios.

⁶ Essa imposição contraria o princípio de diferenciação estabelecido no art.8º.

⁷ E só para esse efeito

- Nos artigos 45º a 104º temos consagrado o sistema de órgãos do município; entre outros tantos princípios que mostram a descentralização e o poder local.

3. O poder local como factor de desenvolvimento de Cabo Verde

Segundo o EM (artigo 45º), são órgãos representativos do município, eleitos por sufrágio universal, directo, livre, igual e secreto, por um período de quatro anos:

- A Assembleia Municipal, órgão deliberativo, que tem por função aprovar os orçamentos e programas, relatórios e contas de gerência;
- A Câmara Municipal, órgão executivo colegial, constituído pelo Presente e por Vereadores;
- O Presidente da Câmara Municipal, órgão executivo singular, ao qual estão conferidas todas as competências do órgão executivo colectivo, podendo delegar ou subdelegar nos vereadores o exercício da sua competência própria ou delegada.

Os órgãos do poder local, conferidos de autonomia, gozam de poder regulamentar, o que lhes permite emitir normas gerais e abstractos de âmbito municipal na prossecução das suas atribuições e que constitui aquilo a que se designa por Direito Autárquico Interno.

Na nossa constituição encontra-se um capítulo dedicado sobre o poder local, com 10 artigos sobre “o figurino das Autarquias Locais em Cabo Verde”. Um modelo assente nos princípios do “sufrágio universal, livre, directo e secreto, da Autonomia financeira e patrimonial, da descentralização, da desconcentração, da solidariedade e da subsidiariedade”, enfim, um poder local com estatuto próprio, vastos poderes e atribuições.

Neste âmbito, o governo definiu o seu programa, para as duas legislaturas, “desenvolver um conjunto de reformas globais e de acção e iniciativas públicas, visando o desenvolvimento institucional dos municípios, a capacitação dos seus recursos humanos, a consolidação da autonomia municipal, a modernização da administração municipal, o fomento de solidariedade municipal e a consolidação da tutela da legalidade e promover iniciativas com vista a uma visão integrada das regiões que promova e reforce a coesão territorial”.

Neste quadro, o poder local tem-se apresentando como instrumento fundamental no que tange a resolução dos problemas das populações, na construção de uma administração mais chegado aos cidadãos, com o intuito de melhorar o bem-estar e progresso das comunidades locais e desenvolvimento dos municípios e, ainda, no fomento da participação democrática dos cidadãos. Portanto, o poder local tem-se apresentado resultados satisfatórios para as populações. Os órgãos do poder local já são, por isso, considerados parceiros essenciais na promoção do desenvolvimento, nomeadamente no estabelecimento e execução da estratégia de luta contra a pobreza.

O governo tem promovido vários projectos de desenvolvimento, onde para que possa haver êxito o poder local tem de estar envolvido, porque estando mais próximo da população, tem melhores condições para desenvolver as condições e acções necessárias para um melhor aproveitamento dos apoios recebidos.

A luta contra a pobreza constitui uma das prioridades nacionais consagradas nos planos nacionais de desenvolvimento. Visto que, como sabemos, Cabo Verde tem uma percentagem de desemprego muito elevada e este é um dos maiores factores que está na origem dos problemas sociais, em geral, e da pobreza, em particular. Desde 1998, o governo desenvolve um Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza, com objectivo de capacitar os grupos pobres para a saída da pobreza, por forma a garantir um desenvolvimento económico e social mais equilibrado.

Um outro exemplo tem os trabalhos públicos para o emprego criados pelo governo para apoiar as famílias rurais nas épocas de crise, provocadas pela ausência de precipitação.

Com a independência de Cabo Verde, foi introduzida o sistema de Frentes de Alta Intensidade de Mão-de-obra (FAIMO). Esta surge como estratégia de emprego no mundo rural para garantir um rendimento mínimo às famílias rurais afectadas pelas secas.

As câmaras municipais são os responsáveis pela selecção dos trabalhadores nos programas de emprego público, mediante listas de beneficiários elaborados nas comunidades. Essas listas são hierarquizadas por grau de prioridade decrescente, mediante critérios baseado nas necessidades das famílias, sendo normas seleccionar uma pessoa por famílias carenciadas.

No entanto, em termos da redução da pobreza, as FAIMO mostraram limitações. Com o tempo elas transformaram-se, progressivamente, num elemento permanente de segurança social, logo num direito das populações e numa obrigação para o Estado.

Os exemplos que estão aqui expostos dizem respeito a parceria com o poder central.

A nível local tem-se desenvolvido também muitos projectos. Como por exemplo, de acordo com o relatório de actividades da Câmara Municipal de São Vicente temos os seguintes projectos levados a cabo pelo município de São Vicente:

- Construção de moradias sociais;
- Obras de calcetamento e arruamentos;
- Reforço e melhoria de funcionamento dos lares para idosos existentes;
- Elaboração de diagnósticos para conhecer e analisar os problemas do concelho;
- Entre outras tantas actividades desenvolvidas, com impacto directo na vida dos munícipes, demonstrando a preocupação da edilidade em promover o melhoramento das condições de vida dos munícipes.

De uma forma em geral, os municípios têm vindo a afirmarem-se como parceiros, indispensáveis no processo de desenvolvimento do país.

4. Cooperação descentralizada em Cabo Verde

Chama-se cooperação descentralizada a cooperação entre organismos internacionais, agencias dos Estados, ou autarquias dos países do Norte e poderes locais e regionais dos países em desenvolvimento (PED).

A cooperação internacional promovida pelos e entre os municípios é designada de cooperação intermunicipal e constitui uma das formas de cooperação descentralizada. Estabelece-se, através de laços de parceria entre municípios dos Países Desenvolvidos e os em Desenvolvimento, mediante uma relação de igualdade e reciprocidade.

A cooperação descentralizada feita pelos municípios sob a forma de geminações ou de redes tem tido, um papel importante no que tange o desenvolvimento local, pois com isso há uma troca de experiencias, intercâmbio cultural e o conhecimento da realidade doutros países, que poderão ser muito úteis aos municípios, designadamente, em termos de melhoria da sua organização e funcionamento e melhor capacitação dos recursos humanos ao serviço dos municípios.

Segundo a ANMCV (2002), a cooperação descentralizada é reconhecida Internacionalmente como um instrumento de promoção do desenvolvimento capaz de propiciar e contribuir para o aprofundamento da democracia e respeito pelos direitos humanos.

Em Cabo Verde, desde os primórdios da história do nosso Poder Local, os Autarcas têm vindo a privilegiar as relações de amizade e cooperação com colegas de outros Países, onde muitas vezes têm encontrado uma parceria efectiva para o desenvolvimento dos seus concelhos, desta forma só depois da realização das primeiras eleições autárquicas, é que se começou a falar e a praticar a cooperação descentralizada⁸.

O objectivo desta cooperação é assegurar uma maior e melhor desenvolvimento, através de prioridades indicadas pelas populações, reforçar a intervenção da sociedade civil no processo de desenvolvimento.

Com a actuação da ANMCV, no âmbito internacional, deverá ser sempre norteada por uma estratégia de procura constante de parceiros que possam apoiar e influenciar positivamente o processo do desenvolvimento local em Cabo Verde, pelo que deve ser desenvolvida uma acção concertada com o Governo, através da Direcção Geral de Cooperação Internacional (DGCI)⁹.

A cooperação descentralizada e a construção de parcerias externas contribuem para a realização de iniciativas de desenvolvimento local e satisfação dos “interesses próprios, comuns e específicos das populações locais”. Têm constituído uma importante via de mobilização de recursos para o desenvolvimento local, ajudando os municípios e outras instituições locais a ultrapassarem as enormes restrições de capacidade técnica e financeiras existentes. Essa constitui, ainda, um modo privilegiado de troca de experiências, intercâmbio cultural e o conhecimento da realidade doutros países que, em muito, poderão ser úteis aos municípios, designadamente em termos de melhoria da sua organização e funcionamento e melhor capacitação dos recursos humanos ao serviço dos municípios.

Apesar de ser um país pobre e pequeno, com grande necessidade de recursos, há que ter em conta o facto de uma grande parte da sua população viver no exterior, há que criar condições para que os seus direitos sejam protegidos e também a promoção da sua inserção nas sociedades de acolhimento. Portanto, há esta necessidade de Cabo Verde cooperar com outros países para que este possa desenvolver.

⁸ Planos da ANMCV, 2001-2004

⁹ ANMCV (2004), *V Congresso da ANMCV*, Agenda Autárquica, Praia.

O EM, aprovado pela Lei n.º 134/IV/95, de 3 de Julho, no seu artigo 22º, que “o Município pode estabelecer livremente relações de geminação e de cooperação com Municípios de países estrangeiros com os quais Cabo Verde mantém relações diplomáticas e com organizações não-governamentais reconhecidas em Cabo Verde.

Em consequência, segundo o previsto na alínea c), do n.º 1, do artigo 134º, o “estabelecimento de relações de geminação e cooperação com Municípios de países com os quais Cabo Verde não estabeleceu relações diplomáticas” constitui grave ilegalidade punível com perda de mandato (alínea c), do art.º 59º EM) ou dissolução do órgão municipal (alínea a, do n.º 1, do art.º 133º EM).

Neste âmbito tem-se registado uma multiplicidade de iniciativas e contactos entre os municípios cabo-verdianos e de ONGs e instituições homólogas estrangeiras em matéria de cooperação internacional. Como prova disto temos as várias geminações e operação de cooperação com municípios estrangeiros, bem como entre organizações não-governamentais cabo-verdianas e de países amigos, e ainda com vários países e organizações inter-regionais e intermunicipais internacionais.

A mesma Lei, no seu número 3º, acrescenta que “os Autarcas deverão ainda, durante a fase preparatória dos acordos de geminação e cooperação, manter o Governo informado do andamento de todo o processo de forma a poder ajuizar da sua oportunidade e compatibilidade com o quadro jurídico – institucional estabelecido”.

A Legislação reconhece os Municípios como agentes de cooperação para o desenvolvimento e, efectivamente, estes têm-se assumido como verdadeiros agentes de cooperação descentralizada, agindo nas relações internacionais, no quadro municipal, identificando e apresentando para financiamento junto dos parceiros de desenvolvimento de Cabo Verde projectos com impacto directo na vida das comunidades, onde muitas vezes, ultrapassam o limite das suas competências na busca de fontes alternativas de financiamento.

Na óptica do MNE (2006), a cooperação descentralizada não é um problema só dos Países subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento beneficiárias das ajudas externas. Os Países Doadores são também beneficiados, visto que, há muito sentiram a necessidade de se organizarem e coordenarem internamente todo o seu sistema

internacional de cooperação para o desenvolvimento como forma de melhor aproveitar todas as sinergias.

Segundo Dr. Basílio Ramos¹⁰, a cooperação internacional, na sua vertente geminação entre municípios, é muito importante para Cabo Verde. Por isso, todos os municípios cabo-verdianos, independentemente da coloração política dos seus dirigentes, assumem a cooperação e a geminação como uma das vertentes fundamentais da sua acção, já que esta tem-se apresentado uma via de mobilização de recursos para a promoção de desenvolvimento.

“A disponibilidade da sociedade cabo-verdiana para cooperar com outros povos é total, funcionando mesmo como um catalisador à acção dos autarcas. O terreno cabo-verdiano é fértil para se lançar a semente da cooperação e geminação” (Basílio Ramos).

A cooperação tem-se feito através de várias formas. Como por exemplo temos, intercâmbios culturais e juvenis, financiamento de infra-estruturas necessárias de desenvolvimento, acesso de jovens a escolas profissionais e universidades, fornecimento de equipamentos diversos, apoio a construção de vias de acesso, iluminação pública, matérias escolares, entre outros equipamentos. Os municípios estrangeiros disponibilizam esses bens para aos municípios nacionais, que têm melhores e maiores disponibilidades financeiras e técnicas. Não se trata de cooperação num sentido único, pois os municípios cabo-verdianos, apesar das suas dificuldades e carências têm algo a dar, por exemplo na área cultural e na própria capacidade para utilizar correctamente os bens colocados à disposição, contribuindo, desse modo, para melhorar as condições de vida da população.

A cooperação é muito importante para um desenvolvimento sustentado das comunidades locais. Ela é encarada em duas perspectivas diferentes: a dos doadores e a dos beneficiários da ajuda pública do desenvolvimento.

A cooperação descentralizada atingiu uma grande dimensão tal no seu aprofundamento, buscando-se e diversificando-se os canais e enquadramento dessas relações, que não devem ser vistas como uma concorrência, mas sim como um complemento da política externa do país.

¹⁰Ex-presidente da câmara do sal e actual Presidente da Assembleia Nacional

Assim, houve a necessidade e urgência de definir o quadro normativo que regula-se a cooperação descentralizada, inter-regional e inter-municipal, de forma concertada com o Ministério dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades, em especial com a Direcção-Geral Internacional que define os mecanismos e formas de intervenção do Estado e dos Municípios, o âmbito das suas relações externas, bem como os mecanismos de coordenação, de modo a favorecer, reforçar ou maximizar as oportunidades de investimentos e permitir a integração da ajuda externa, nomeadamente, evitando sobreposições e dispersões, nos processos de planeamento e programação a nível central e local.

5. Relação entre Cooperação Descentralizada e a Descentralização

Descentralização e cooperação descentralizada são dois processos de promoção de sinergias e desenvolvimento comunitário. Nesta lógica de descentralização, a CRCV de 2010, no seu artigo 226 ° (nº 1 e nº 2) estabelece o princípio segundo o qual as Autarquias Locais "defendem os interesses das populações respectivas".

A forma de descentralização política e administrativa e de integração do conceito de participação da sociedade civil, na reforma do Estado, leva-nos aos questionamentos sobre a organização do espaço político e administrativo em Cabo Verde, com a transferência de poderes e funções às Autarquias Locais. Esta é uma nova forma de concepção de Poder Local no território.

A participação de atores descentralizados é uma condição indispensável para o desenvolvimento sustentável, o reforço das capacidades das populações de base para que eles possam ter influência e impacto positivo sobre as políticas públicas e realizar mudanças na sociedade. A cooperação descentralizada pode contribuir para um desenvolvimento mais participativo das pessoas e promove a diversificação e fortalecimento da sociedade civil e a democratização dos países.

O Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades (MNECC) é o organismo que participa nas negociações entre o Governo de Cabo Verde e outros Estados ou entidades estrangeiras. O Ministério da Descentralização, Habitação e Ordenamento do Território (Direcção-Geral da Administração Local) é o departamento responsável pela descentralização e desenvolvimento regional e as relações com as

Autarquias Locais, e responsável pela cooperação descentralizada, em coordenação com o MNECC.

Os agentes da cooperação são sujeitos activos na mobilização de recursos e parcerias para o desenvolvimento local, que podem ser organizações nacionais ou internacionais. A lei reconhece a experiência adquirida pelos Municípios na elaboração de programas, projectos e acordos de cooperação descentralizada, com bons resultados.

Devido à situação socioeconómica e geográfica de Cabo Verde e aos recursos escassos, as iniciativas de cooperação descentralizada poderiam ajudar a encontrar soluções e recursos mais adequados às realidades de cada território, bem como maior eficiência na gestão dos recursos públicos.

As Autarquias Locais se posicionam como verdadeiros agentes de desenvolvimento na busca de parcerias como fontes alternativas de financiamento.

CAPÍTULO III : REGIONALIZAÇÃO

1. Visão dos partidos políticos

i. Proposta do PTS- todas as ilhas devem ter igual voz no parlamento

- O cabo-verdiano identifica-se primeiro como cidadão da sua ilha e não do país, cada ilha com características específicas, próprias e distintas umas das outras.
- Há necessidade de que todas tenham igual expressão no parlamento, pois assim impõe os princípios democráticos e de igualdade, independentemente dos Partidos Políticos que existem ou venham a existir, ou ainda da percentagem numérica da população de cada um.
- Não há ilhas mais nem ilhas menos. Há que introduzir mecanismos de correcção no sistema político existente que se baseia de forma simplista e unicamente na proporção numérica da população.
- Assim, ainda quanto o critério que tem por base o número de habitantes de cada ilha se chegue a números diferentes de deputados por cada ilha, há que encontrar um espaço, dentro do parlamento, no qual as ilhas estejam igualmente representados.

Este partido propôs **a criação de duas câmaras no parlamento** que seria o Conselho Nacional e o Conselho das ilhas.

- A primeira câmara, o Conselho Nacional, teria uma composição idêntica ao parlamento actual, isto é, 36 deputados. Teria competência em matérias de interesse nacional.
- A segunda câmara teria um total de 18 deputados, dois por cada ilha e teria competência em matérias de interesse local.

As questões essenciais para a vida do país, teriam que passar pelas duas Câmaras. Por exemplo as matérias que são da competência legislativa absolutamente reservada da Assembleia Nacional.

Com a presente proposta, o número total de deputados das duas câmaras será inferior ao número actual de deputados na Assembleia Nacional, havendo por conseguinte, vantagem em termos orçamentais.

Relativamente a delimitação das regiões o PTS numerou alguns critérios:

- Parte da aplicação do princípio dos polos de crescimento e dos eixos de desenvolvimento regional e não apenas de critérios históricos-culturais, de homogeneidade ou de polarização;
- Podem e devem sobrepor-se verdadeiras apostas num desenvolvimento harmonioso a nível regional, travando igualmente a desertificação, as assimetrias e as desigualdades de oportunidades;
- Qual for a opção sobre regionalização, o que importa, primordialmente, é afastar o reforço da paralisia nas zonas periféricas do mundo rural, DO CABO VERDE REAL;
- Asfixiando ou ignorando as poucas que tem viabilidade local, sob pena da proliferação da criminalidade.

Na óptica deste partido a regionalização assume uma importância sob dois aspectos:

- A identificação de uma certa região histórica pode ter contribuído para influenciar comportamentos de comunidade ou grupos sociais;
- Por outro lado, negativamente a divisão histórica não estará isenta de poder contribuir para afastamento de determinados espaços, levando em linha de conta as suas diferentes características e influências de civilizações, culturas ou comunidades.

O Doutor Onésimo Silveira referiu três regiões em Cabo Verde, em que a primeira seria constituída pela ilha de Santiago, Fogo e Brava, a segunda constituída por Boa Vista, Sal e Maio, e por último constituída por São Vicente, Santo Antão e São Nicolau (Almada, 2012).

Três áreas a saber relativamente a regionalização:

- Ao investimento público, clarificando-se as atribuições entre a administração central, regional e a local, ainda que nalguma medida, algumas tenham de ser canalizadas a nível central;
- Ao investimento privado, considerado desejável;
- E ainda, à promoção externa enquanto considerado campo de investimento introduzindo a chamada política de captação de investimento privado, divulgando e promovendo.

ii. Proposta do PAICV

Num fórum realizado no dia 24 de Maio deste ano em São Vicente, no Centro Cultural do Mindelo, O presidente do PAICV, que é também Primeiro-ministro, José Maria Neves advoga que a regionalização não deve ser vista como uma simples reforma da Administração Pública, mas sim como um processo mais amplo no quadro da reconfiguração do Estado de Cabo Verde. Por isso, aconselha que a prosseguir com o seu debate no sentido de se escolher um modelo que melhor serve os interesses das populações de Cabo Verde.

Defende que, num primeiro momento, poder-se-ia optar pelo modelo de Regionalização Plana e, numa segunda fase, avançar-se-ia com a Regionalização Administrativa, ou seja, com a instituição da Autarquia Supra Municipal.

"Reflectamos sim sobre a regionalização. Eu, convictamente, acho que deve haver regionalização em Cabo Verde, como um processo gradual. Eu optaria, neste momento, por uma lei-quadro que reforçasse a desconcentração dos serviços para resolver os problemas do dia-a-dia dos cidadãos. Avançaria imediatamente com a Região Plano, isto para mobilizar fortes parcerias e recursos para financiar o desenvolvimento das ilhas. Depois avançaria, gradualmente, para Autarquias Regionais. Defendo, portanto, um gradualismo que poderia ser negociado e ser assumido como um compromisso nacional" (Neves, 2004).

No modelo de regionalização plana, propõe a criação de espaços de articulação do Governo, as autarquias locais e a sociedade civil como forma de desenhar para as regiões forma de desenvolvimento, mobilizando recursos necessários.

Relativamente ao **modelo de regionalização administrativa**, neste encontram-se poderes locais em vez de regionais. As autarquias supra-nacionais são níveis de poder local superior ao município, são entidades e não políticas. A decisão política e a legislação continuarão no Governo.

Para Neves (2014), é fundamental aprofundar o debate sobre a regionalização, com mais dados e fundamentos. Isto antes de ser adoptado um modelo, que deve ser conseguido no quadro de um compromisso negocial entre os principais partidos políticos. Neste momento, deve-se optar por uma lei-quadro que reforça a desconcentração dos serviços para resolver os problemas diários dos cidadãos.

Referindo-se às fragilidades nacionais, o líder do PAICV aconselha uma discussão serena do tema, por considerar que o maior inimigo da regionalização é a sua excessiva partidarização.

“Temos grandes fragilidades nas ilhas como Brava, Fogo, Santo Antão e S. Nicolau, bem como na região de Santiago Norte, que enfrenta problemas para o seu financiamento. Temos por isso que assegurar a coesão e solidariedade para alavancar o desenvolvimento destas e doutras ilhas, devendo Santiago Sul e São Vicente dar um forte contributo para o desenvolvimento de Cabo Verde” (Neves 2014).

Nesta mesma linha de pensamento, um outro tema desenvolvido no Fórum de Mindelo foi, **a sustentabilidade financeira da regionalização** pelo consultor Floresvindo Barbosa. Com projecções de números, este técnico demonstra, que as receitas não abundam e que esse processo de descentralização não pode pôr em causa a estabilidade macroeconómica conseguida nos últimos anos em Cabo Verde. Defende que o Estado pode através do Orçamento Geral do Estado transferir fundos para as Regiões, além destas arrecadarem receitas próprias através de impostos e taxas a serem legalmente criadas. Floresvindo defendeu ser necessário seleccionar e desenvolver os Clusters, criar Sociedade de Desenvolvimento Regional, dinamizar a Zona Industrial de Lazareto, desenvolver portos e aeroportos, relançar a Diplomacia económica, colocando São Vicente na agenda e ainda a necessidade de melhorar a articulação institucional entre os governos local e central.

Os participantes do Fórum reconheceram a oportunidade do debate do tema sobre a regionalização, mas criticaram a forte centralização do Estado, com prejuízo para as ilhas. Apesar dos dados fornecidos sobre a problemática a sustentabilidade das Regiões, alguns continuam a defender claramente que são pela Regionalização Política, um modelo que passará pela criação de Governos e Assembleias Regionais com poderes executivos e legislativos na sua respectiva área de actuação.

iii. Proposta do MpD

“A regionalização é a solução para acabar com as assimetrias existentes” entre as ilhas do arquipélago, visto que as assimetrias entre as ilhas são enormes a nível do volume de negócios, na pobreza, no acesso a educação ou na saúde, entre outras, e vê-se a regionalização um elemento indicado para eliminar essas assimetrias” (MpD 2014).

A criação das Regiões Administrativas corresponderá no fundamental, à possibilidade de conferir, através das eleições directa pelos cidadãos, legitimidade e representatividade democrática a um poder regional eleito para exercer um conjunto de atribuições e competências de nível supramunicipal descentralizadas do Poder Central para as regiões em sintonia com a CRCV que prevê a possibilidade de criação de autarquias supramunicipais que, no caso, seriam as Regiões Administrativas como entidades intermédias, situadas entre o Poder Central e os Municípios.

O partido pretende fazer debate, auscultar os diversos segmentos da sociedade, promover a contraditório, receber contribuições, para até final do primeiro trimestre do próximo ano, fixar uma versão final da proposta da regionalização.

Essa proposta que estará enquadrada na Reforma do Estado para o tornar mais eficiente, focalizada na necessidade de dotar o País de uma organização política, administrativa e económico coeso com a realidade física, humana, cultural e ambiental das ilhas e orientada para o desenvolvimento económico e humano de cada ilha.

No âmbito da Reforma do Estado, a criação de regiões administrativas permitirá melhorar a eficiência dos serviços que o Estado presta aos cidadãos, às organizações e às empresas, através da descentralização de determinadas funções e actividades que encontram-se hoje concentradas no Governo Central e que não são competências municipais.

O MpD diz que, não há razão para pensar a regionalização como um factor de geração de mais custos e de despesas, porque os factores geradores de ineficiência, de desperdícios e de custos de oportunidades administrativos, sociais e económicos estão precisamente no modelo e na forma da organização e funcionamento do Governo e da Administração Central.

O que não pode acontecer, é pensar em fazer a regionalização mantendo tudo constante no modelo de organização e funcionamento do Governo e da Administração Central.

“Encaramos a regionalização não numa óptica distributiva, mas como um factor de potenciação do crescimento económico, propiciador da libertação das energias humanas locais de complementaridades e sinergias para o desenvolvimento económico, social e cultural de Cabo Verde” (MpD, 2014).

A regionalização do país tem vindo a ser defendido por este partido desde a sua fundação, no quadro de uma descentralização que confira às ilhas o poder efectivo de tomarem decisões relevantes e fundamentais para o seu desenvolvimento humano equilibrado, no contexto de um Estado unitário sem disparidades significativas entre as suas parcelas naturais.

A regionalização não pode constitucionalmente, e não deve, ser política, não se traduzindo nem na atribuição de poderes legislativos e políticos, nem em auto-governo.

A regionalização implicará racionalização e modernização das estruturas do Estado, fazendo com que este seja mais próximo e ao serviço dos cidadãos.

A administração periférica do Estado passará a ser, tendencialmente, administração regional. Exceptuam-se os tribunais e o ministério público, as regiões sanitárias e as regiões militares, mas inclui-se a superintendência local nos aspectos não técnicos, sobre a actividade das Esquadras Policiais, dos Hospitais Regionais, das Conservatórias dos Registos e dos Cartórios Notariais públicos. Finalmente, a região cooperará estreitamente com o Estado no exercício das atribuições estatais, na região, podendo os seus órgãos receber delegação de competência da Administração Central e coordenará as suas intervenções com as do Estado no exercício de atribuições partilhadas, designadamente tendo em vista evitar sobreposição de actuações ou no quadro de parcerias acordadas.

A região não terá poderes de tutela sobre os municípios, a qual continuará a pertencer ao Governo. As regiões não poderão federar-se, só poderão associar-se para criarem a Associação das Regiões de Cabo Verde, cooperando-se e apoiando-se mutuamente. Assuntos específicos que respeitem a mais do que uma ilha e justifiquem a existência de uma entidade supra insular deverão ser de âmbito da competência do Governo.

iv. Proposta da UCID

Para este partido a regionalização apresenta um processo complexo que implicará mudanças profundas na reconfiguração do Estado Cabo-verdiano, com um paradigma novo e por isso deve ser analisado com cautela e serenidade de forma que as decisões a serem tomadas, ainda que corajosas, e envolvendo algum factor de risco, valham como passo andado com relativa firmeza.

No âmbito nacional, a regionalização tem por objectivo proteger e defender directamente os interesses vitais de cada região, suas especificidades e singularidades nos domínios da economia, da língua, usos e costumes, gastronomia, entre outros, através dos respectivos órgãos políticos institucionais, nomeadamente Órgãos das regiões administrativas, Câmaras Municipais, sindicatos e outros que detém a legitimidade representativa obtida através de eleições livre.

Ainda segundo a UCID, a regionalização é uma aposta forte no que tange ao futuro de Cabo Verde, tendo em conta a descentralização dos Órgãos do Estado, melhor prática equilibrada de poderes sem que a coesão nacional fique beliscada, manchada ou atraída pelos excessos do centralismo burocrático.

Juridicamente, Cabo Verde é um Estado descentralizado, visto que a função administrativa não encontra-se confinada somente aos órgãos do poder central mas também em outras pessoas colectivas territoriais, que são as autarquias. Mas isso, segundo o partido, não acontece, uma vez que cada vez mais o Governo aperta o círculo das Câmaras Municipais, com excessivas restrições e controlo.

O modelo de regionalização pretendido pela UCID, converge em torno da necessidade da criação de um novo paradigma do Estado Cabo-verdiano que passa necessariamente por uma reforma política administrativa total, que garante uma divisão, uma partilha de poder tendo em objectivo rentabilizar todas as capacidades técnico profissionais de cada região, tirando melhor proveito das especificidades culturais de cada uma promovendo assim o desenvolvimento do país.

A UCID defende que se deve avançar para o modelo, cada ilha uma região, salvo a ilha de Santiago que terá duas regiões políticas e ainda um sistema político central com duas câmaras, uma alta e outra baixa, onde o povo irá eleger os seus representantes. Defende ainda que Cabo Verde, deve beber sim nas experiencias de regionalização bem-sucedidas tais como a República Federal Alemã, a Conferencia Suíça ou a França, mas sem perder nunca de vista que tudo que tem de ser feito, só produzirá os seus efeitos se for idealizado e elaborado por nacionais.

CAPÍTULO IV: DESENVOLVIMENTO

1. Conceito

“ Vivemos num mundo de opulência sem precedentes, mas também de privação e opressão extraordinárias. O desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de cidadão.” (Amartya Sen, Economista, Prémio Nobel da economia)

O conceito de desenvolvimento é um conceito ainda não estabilizado e que apresenta uma dimensão multidisciplinar. É um conceito que ainda não é acabado, que se encontra em constante reconstrução, portanto a sua definição não é fácil. Após a II Guerra Mundial, este ganha autonomia científica com a emergência de novos estados independentes, originados da descolonização efectuada pelas potências europeias. O seu estudo sistemático dá-se devido a procura de respostas para o desenvolvimento desses países.

O conceito surgiu num ambiente de reconstrução europeia, e com referência ao início das sociedades industriais, tendo como marcos a Revolução Francesa e a Revolução Industrial.

A abordagem do conceito de desenvolvimento obedece funcionalmente a uma visão histórica, relativamente aos estádios da evolução do sistema social como um “todo”. Com isso, importa aludir, que a maioria dos países do mundo têm passado por uma procura desenfreada da industrialização e do desenvolvimento económico, concentrando esforços na promoção do seu crescimento interno. Porém, a visão do desenvolvimento nas primeiras fases do processo de industrialização oferece confusões e ambiguidade em detrimento da verdadeira essência do conceito, quando nas raras vezes se interpretava o crescimento económico como o fim do desenvolvimento.

O desenvolvimento da indústria e o crescimento dos padrões de consumo têm levado o homem a reflectir sobre a vida que leva. Ou seja, pensar sobre os efeitos do processo de crescimento económico no padrão de vida da sociedade. Essa consciência vem florescendo a partir da Segunda Guerra Mundial, em que também a visão do desenvolvimento ganha novos contornos.

Desta feita, terminados os conflitos mundiais, que foram seguramente resultantes de factores económicos, políticos e mesmos históricos, o tema sobre desenvolvimento foi encarado por todos os países, principalmente os aliados, que visavam reconstruir o mundo e os seus próprios territórios, pondo efectivamente cobro aos problemas que os perseguiram nos

períodos anteriores (guerra, desemprego, miséria, discriminação racial, desigualdades políticas, económicas e sociais).

i. Conceito do desenvolvimento no pensamento económico

As primeiras escolas de pensamento económico a surgirem, nomeadamente, a Teoria Económica Fisiocrata do século XVIII, cujo expoente máximo foi o Francois Quesnay, e a Teoria Económica Clássica também do século XVIII a partir de autores como os escoceses Adam Smith e Thomas Malthus e os ingleses David Ricardo e John Stuart Mill (e até então chamada Economia Política), demonstravam preocupação com as interacções entre desenvolvimento e os recursos naturais.

Esta preocupação foi em grande parte abandonada pela Teoria Económica Neoclássica, que apareceu no século XIX a partir do trabalho de autores como o francês Leon Walras, os ingleses Alfred Marshall e Stanley Jevons e o italiano Vifredo Pereto, e que pode ser considerada como uma “continuação” do liberalismo económico da teoria clássica.

Assim como ambas as teorias se apoiavam nas ideias de liberalização económica (*laissezfaire* ou “mão invisível”), liberdade de comércio, divisão do trabalho, alocação óptima de recursos através de mercados competitivos, e na crença de que a liberdade no comércio internacional levaria à especialização dos diversos países em exportar os produtos em cuja produção estes tivessem vantagens comparativas¹¹.

Esta teoria baseava-se na ideia de que o livre e justo comércio internacional era solução para as desigualdades económicas existentes entre as várias nações, eliminado o subdesenvolvimento, através da especialização mundial dos países subdesenvolvidos, pela chamada “divisão do trabalho”, na exportação de matérias-primas e bens primários, para a sua integração competitiva no mercado mundial. Segundo este modelo, o Estado não deve intervir na actividade económica, mas garantir apenas que sejam criadas condições para que os mercados funcionem, deixando a livre iniciativa privada o papel de actor principal de actividade económica.

¹¹O conceito de vantagens comparativas, introduzido pelo economista clássico David Ricardo, e mais tarde reafirmado pelo modelo Hecksher-Ohlin, sustentava que, cada país deveria produzir apenas um produto, aquele no qual o custo de oportunidade de produzi-lo fosse menor (custo de oportunidade medido em termos do custo de produção relativo deste produto em relação ao custo de produção dos demais produtos, custo esse medido em termos de uso de factores de produção). Assim, os diversos países deveriam especializar num único ou poucos produtos para a exportação.

Sobre o comércio internacional, esta foi a ideia dominante na teoria económica até meados do século XX. De acordo com esta visão, desenvolvimento era sinónimo de crescimento económico. Não havia separação entre a ideia de mudança puramente quantitativa de crescimento económico via expansão do sistema sem mudar sua “forma” de divisão e apropriação de renda e serviços públicos, e a ideia de desenvolvimento, no qual não há somente crescimento económico, mas ainda mudança na “forma” de estrutura de repartição dos benefícios que o crescimento económico traz.

Segundo Cameron (2003), é possível determinar de uma forma clara a diferencia existente entre os conceitos de desenvolvimento e crescimento, na medida em que ambos se diferenciam um do outro pelos indicadores de “quantidade” e de “qualidade” respectivamente. Quando se fala de desenvolvimento, segundo este autor, está a falar essencialmente às qualidades que reflectem o equilíbrio do social e a ideia do progresso das sociedades e dos homens. Já o crescimento, alia-se aos elementos de quantidade, que por seu turno reflectem a capacidade de um dado país fazer face ao seu processo de transformação e desenvolvimento, o que também depende de outros mecanismos de dinamização para o tal fim.

Acrescenta-se que apesar das divergências existentes entre as concepções de desenvolvimento, as mesmas não são de todo excludentes, quando na verdade em alguns pontos elas se completam.

É a partir da abordagem feita pela Comissão Económica para a América Latina (CEPAL), órgão da ONU sediado em Santiago, no Chile, que se consolida a separação entre os dois conceitos.

Os autores da CEPAL, como Raul Prebisch, Fernando Fajnzylber, Celso Furtado, José Serra e Maria da Conceição Tavares, criticavam a busca do desenvolvimento através da especialização em exportação de matérias-primas e bens primários pelos países subdesenvolvidos, sem que estes se industrializassem; assim, a industrialização tardia seria a razão do subdesenvolvimento da América Latina.

Estes autores introduziram a ideia de que a economia internacional seria na realidade dividida entre Centro e Periferia, cuja divisão se chamaria “divisão internacional do trabalho”, instaurada no século XIX a partir da teoria das vantagens comparativas do clássico David Ricardo. A “divisão internacional do trabalho” se caracterizava pelo facto dos países

subdesenvolvidos se especializarem em exportar “*commodities agrícolas*”¹², e os países desenvolvidos se especializarem em exportar bens manufacturados e industrializados.

O facto de os produtos primários serem de menor valor agregado em relação aos produtos industrializados e estes têm uma dinâmica de evolução tecnológico muito superior, essa divisão implica deterioração dos termos de troca, isto é, a contínua queda do preço das “*commodities agrícolas*” exportadas pelo Terceiro Mundo em relação aos preços dos produtos industrializados, o que por sua vez provoca um deficit estrutural na balança de pagamentos dos países subdesenvolvidos. A repartição desigual dos frutos do progresso técnico e a deterioração dos termos de troca teriam, assim, causado um desequilíbrio estrutural entre as diferentes nações, destruindo as premissas das Teorias Liberal Clássica e Neoclássica de comércio internacional, o que agregava a assimetria entre as nações.

Esta conclusão da escola de CEPAL teve uma grande valia para as políticas económicas industrializantes, de substituição de importações, ao longo do século XX, que foram parte integrante do conjunto das políticas publicas chamadas desenvolvimentistas, responsáveis pelo crescimento económico e industrial de vários países, sobretudo o Brasil, durante este século.

Já a Teoria da Dependência, surgida em meados da década de 1960 criticava a teoria cepalina no que diz respeito à possibilidade de desenvolvimento nacional através da actuação de um estado reformador, investidor e promotor de desenvolvimento. Segundo os autores dessa vertente, como Fernando Henrique Cardoso, há um carácter histórico e cultural no subdesenvolvimento, relacionado com a dinâmica de desenvolvimento do capitalismo em escala global, existindo, assim, uma relação de dominação nas relações entre centro e periferia, não só entre nações mas também entre classes. Existe um centro e uma periferia cujas relações são contraditórias. Favorecem as economias centrais em prejuízo das economias periféricas. Os países do centro são os mais desenvolvidos do ponto de vista industrial e tecnológico, que detêm o domínio sobre os mercados. A periferia é constituída por todos os países subdesenvolvidos, com um sector tradicional predominante, uma indústria incipiente ou tecnologicamente atrasada e dependentes do ponto de vista dos mercados.

¹²Commodities significa mercadoria em português. Pode ser definido como mercadorias, principalmente mineiros e géneros agrícolas, que são produzidos em larga escala e comercializados a nível mundial.

ii. Desenvolvimento sustentável

O conceito de desenvolvimento sustentável surgiu em 1987 pelo “relatório Brundtland¹³”, intitulado “*Our Common Future*” (Nosso Futuro Comum), que teve em vista os seguintes objectivos:

- Propor estratégias ambientais de longo prazo para se obter um desenvolvimento sustentável por volta do ano 2000 e daí em diante;
- Recomendar formas para que a preocupação com o meio ambiente se traduza em maior cooperação entre os países em desenvolvimento e entre os países em diferentes estágios de desenvolvimento económico e social.

Foi elaborado nesse relatório (1987) uma das definições mais difundidas do conceito:

“ O desenvolvimento sustentável é aquele que procura satisfazer as necessidades da geração actual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades”.

Responder às necessidades da humanidade na actualidade e no futuro, particularmente dos mais vulneráveis. Os modos de produção e de consumo que limitam a capacidade de resposta do ambiente devem sofrer profundas modificações. Esta definição foi retomada pela Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável do Rio de Janeiro em 1992.

Este documento chamou a atenção do mundo sobre a necessidade urgente de encontrar formas de desenvolvimento económico que se sustentassem, sem a redução drástica dos recursos naturais nem com danos ao meio ambiente.

Foram definidos ainda três princípios essenciais a serem cumpridos: desenvolvimento económico, protecção ambiental e equidade social, sendo que para cumprir estas condições deveria haver mudanças tecnológicas e sociais.

Este relatório foi definido na decisão da Assembleia Geral das Nações Unidas, para convocar a conferência sobre o meio ambiente e desenvolvimento, dada a necessidade de redefinir o conceito de desenvolvimento, para que o desenvolvimento socioeconómico fosse incluído e assim a deterioração do meio ambiente fosse detida.

¹³ Relatório Brundtland foi elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criado em 1983, pela Assembleia das Nações Unidas, na Noruega, e presidida por Gro Harlem Brundtland.

Tanto o relatório “Brundtland” como os demais documentos produzidos pelo Clube de Roma, sobre o Desenvolvimento Sustentável, foram fortemente criticados porque defendiam que a situação de insustentabilidade do planeta era devido, principalmente, a condição de descontrolo da população e a miséria dos países do Terceiro Mundo, referenciando muito de leve à poluição ocasionada durante os últimos séculos pelos Países do Primeiro Mundo, quando sabemos que as gases (CO₂ E CH₄) emitidas pelos países altamente industrializados são os maiores responsáveis pela degradação do nosso planeta.

Com as mudanças ocorridas nas últimas décadas, algumas concepções para explicar a realidade tornaram-se ultrapassadas frente as novas condições socioeconómicas, políticas e ambientais. É o caso do modelo baseado no pressuposto de que o crescimento económico, resultante do estímulo da demanda e dos ganhos de escala e rentabilidade, por parte das empresas, conduziria automaticamente, a uma melhoria do padrão de vida da população. Na verdade, este fato não se confirmou: o crescimento da economia não garantiu a conquista do desenvolvimento social e a renda permaneceu altamente concentrada. Surge, então, o paradigma que leva em consideração o bem-estar das gerações futuras, com ênfase na manutenção do património ambiental e diminuição das desigualdades sociais. A nova demanda vem em atendimento à necessidade de reprocessamento dos recursos naturais e valorização do capital humano.

A sustentabilidade do desenvolvimento requer a descoberta das potencialidades locais, no enfrentamento das desigualdades na esfera económica. Tem, por conseguinte, três princípios básicos: a conservação do meio ambiente, a justiça social e o crescimento económico. É essencial, portanto, criar condições favoráveis às negociações políticas e à mobilização social. A estratégia de acção deve se concentrar na busca da equidade social, da preservação ambiental e da racionalidade económica. Obviamente, sem esquecer a ampliação do regime democrático. É importante, portanto, considerar as características de cada região ou localidade, tendo em vista as realidades diferenciadas. Neste sentido, é válido chamar a atenção para a situação dos produtores rurais, que se encontram numa situação de impedimento de participação efectiva em nível de integração com o mercado. Torna-se fundamental o engajamento da comunidade na definição dos objectivos comuns a serem atingidos, pois trata-se de um projecto colectivo. Sem dúvida, a presença da sociedade civil nas decisões governamentais tem contribuído para a consolidação do desenvolvimento rural e da democracia.

Em 1992, 172 Governos reuniram-se na cidade Brasileira do Rio de Janeiro, para a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), que ficou conhecida como a “conferência da terra”, um evento singular que se tornou um marco histórico para a humanidade. Nessa conferência, nasce a Agenda 21¹⁴ e são aprovadas a convenção sobre Alterações Climáticas sobre Diversidade e a Declaração de Princípios sobre Florestas.

O Rio-92 não foi constituído somente de chefes de estado e de representantes oficiais, mas também houve participação da sociedade civil, de organizações não-governamentais de centenas de países que fez do Rio a verdadeira “babilónia” e graças a eles, um importante documento que já tinha deixado de lado na conferência oficial continuou vivo, passou por reavaliações, comissões internacionais nunca antes pensada, foi ratificada pela UNESCO, e finalmente aprovado pela ONU em 2002.

Dez anos depois dessa conferência, a Comissão para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (CDS) organizou em Setembro de 2002, a Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável em Johannesburg, África do Sul. Essa conferência reuniu chefes de estado e de Governo, organizações não-governamentais e empresários, que revisaram e avaliaram os progressos do estabelecido na Agenda 21. O objectivo primordial foi fortalecer o compromisso mundial de um desenvolvimento sustentável e a cooperação Norte-sul, além de elevar a solidariedade internacional para a execução acelerada da Agenda 21. Um dos êxitos desta reunião foi o estabelecimento da necessidade de se criarem metas regionais e nacionais para o uso da energia renovável.

Em 1995, essa comissão aprovou um conjunto de medidas indicadores de desenvolvimento sustentável, com o intuito de servirem como referência para os países em desenvolvimento ou revisão de indicadores nacionais de desenvolvimento sustentável, tendo sido aprovados em 1996 e revistos em 2001 e 2007.

A integração de Cabo Verde no bloco económico da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (desde 1977), a paridade fixa do Escudo de Cabo Verde face ao Euro a partir de 1999, a assinatura de acordos comerciais específicos, nomeadamente o African Growth and

¹⁴A agenda 21 é um plano global de acção a ser tomada a nível global, nacional e local, pela organização das Nações Unidas, governos e grupos locais, nas diversas áreas onde se verificam impactos significativos no ambiente. Em termos práticos, é mais ambiciosa e abrangente tentativa de criação de um novo padrão para o desenvolvimento do séc. XXI, tendo por base o conceito de desenvolvimento sustentável

Opportunity Act (AGOA) e o acordo de Cotonou (2000), a introdução do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) em Janeiro de 2004 e o Acordo de Parceria Especial com a União Europeia em construção, têm sido factores de suma importância no desenvolvimento económico do país.

iii. Desenvolvimento humano

O conceito de Desenvolvimento Humano surgiu pela primeira vez no Relatório do Desenvolvimento Humano elaborado pela PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e publicado em 1990, cujos pressupostos fundamentais emergem da ideia de que as pessoas constituem a riqueza real de uma nação e consequentemente o objectivo fundamental de um processo de desenvolvimento deve ser a criação de um ambiente adequado para que as pessoas possam usufruir de vida longa, saudável e criativa¹⁵.

Trata-se de um conceito que procura abranger as mais variadas dimensões da dinâmica social, isto é, o desenvolvimento humano, em sentido lato, faz referência ao desenvolvimento que articula a dinamização do crescimento económico aos factores de crescimento dos capitais humano, social, político (no sentido da boa governação), cultural e por último ambiental (no sentido do uso racional ou sustentável do recursos naturais).

Associado a estes conceitos introduziu-se também o conceito de direitos humanos. Os conceitos de direitos humanos e desenvolvimento humano passaram a partilhar de forma explícita o mesmo princípio, na linha do pensamento de que todo o ser humano deve ser assegurado: liberdade, bem-estar e dignidade. Sobre este assunto, o Relatório do Desenvolvimento Humano (2000), considera os direitos humanos como intrínsecos ao desenvolvimento, e este por sua vez, um meio para a efectivação dos direitos humanos. Para garantir os direitos de todas as pessoas em todos os países, serão necessárias acções e compromissos dos principais actores da sociedade.

Neste contexto surge, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que mede os avanços alcançados por um país, em média, no que respeita a três dimensões básicas: uma vida longa e saudável, avaliado com base na esperança média de vida à nascença; acesso ao conhecimento, avaliado com base na taxa de alfabetização de adultos e na taxa bruta combinada de

¹⁵Relatório de Desenvolvimento Humano, 1990

escolarização; um nível de vida digno, avaliado com base no PIB per capita em paridade do poder de compra (PPC), em dólares americanos¹⁶.

2. Desenvolvimento local

“Tendo surgido na década de 50, o desenvolvimento local, também designado desenvolvimento comunitário, desenvolvimento endógeno, desenvolvimento autocentrado, etc. é muitas vezes entendido como “o processo de satisfação de necessidades e de melhoria das condições de vida de uma comunidade local, a partir essencialmente das suas capacidades, assumindo aquela o protagonismo principal nesse processo e segundo uma perspectiva integrada dos problemas e das respostas” (Amaro, 1991).

O conceito de desenvolvimento local surgiu, de entre outras coisas, das mudanças estruturais quer em relação à lógica que norteava as actividades industriais, quer ainda em relação às mudanças estruturais verificadas na organização social do trabalho, formas de mobilização e gestão da mão-de-obra, formas de intervenção do Estado, mecanismos de regulação do trabalho, normas de produção e de consumo, etc, e baseou os seus pressupostos numa lógica contrária às lógicas centralizadoras e uniformizadora que sustentaram o paradigma funcionalista do desenvolvimento.

Tendo como pressuposto de base a ideia de que a promoção do desenvolvimento parte necessariamente da satisfação das necessidades básicas das populações, pelo que é indispensável a mobilização do potencial endógeno de cada região, a Teoria do Desenvolvimento Local elege uma estratégia de desenvolvimento que parte da base. Neste contexto, a coesão social de uma determinada comunidade, bem como a existência de facilitadores da solidariedade social e capacidade de organização da população na participação para a resolução de problemas existentes são também muito importantes.

“Em 1950 o processo de desenvolvimento comunitário destacou-se no seio das Nações Unidas, como sendo um verdadeiro instrumento do progresso social, nos diversos sentidos, atendendo ao contexto social e histórico para onde se dirige” (Carmo, 1999).

O desenvolvimento comunitário foi então definido, segundo este autor, como um processo com objectivos de criar condições de progresso económico e social para toda a comunidade, com a participação activa da sua população e a partir da sua iniciativa.

Para Rozas (1998), o desenvolvimento local é a organização comunitária em torno de um planeamento para o desenvolvimento, por uma perspectiva de construção social, constituindo assim em um instrumento fundamental, de carácter orientador e condutor, de superação da pobreza. Não se trata, contudo, de buscar tão-somente o atendimento às carências materiais,

¹⁶ Relatório de Desenvolvimento Humano 2009

mas a identificação e a promoção das qualidades, capacidades e competências existentes na comunidade e no lugar.

“O desenvolvimento local pressupõe uma transformação consciente da realidade local” (Milani, 2005).

Isto implica em uma preocupação não apenas com a geração presente, mas também com as gerações futuras e é neste aspecto que o factor ambiental assume fundamental importância.

“Outro aspecto relacionado ao desenvolvimento local é que ele implica em articulação entre diversos atores e esferas de poder, seja a sociedade civil, as organizações não-governamentais, as instituições privadas e políticas e o próprio governo. Cada um dos atores tem seu papel para contribuir com o desenvolvimento local” (Buarque, 1999).

Não é o maior crescimento económico, que determina o aumento do bem-estar, mas sim a qualidade deste crescimento, portanto, o aumento do PIB não significa melhor qualidade de vida, em termos de saúde, educação e mais liberdade de opções.

Nos últimos anos, o tema sobre desenvolvimento local vem sendo, intensamente debatido entre especialistas, militantes de movimentos e organizações sociais e entre responsáveis pelas políticas públicas dirigidas à agricultura e ao meio rural.

Para alguns especialistas o termo “local” se insere no novo discurso das agências de desenvolvimento, públicas e privadas, com objectivo de captar recursos financeiros. Enquanto, para outros, representa uma eficaz alternativa de melhoramento das condições de vida das comunidades, através de processos que procuram dota-las de maior capacidade de gestão e de administração e seus próprios recursos e potencialidades.

“O conceito de desenvolvimento local representa uma estratégia que deve garantir para o território em questão – seja comunidade, município ou microrregião – uma melhoria das condições socioeconómicas a médio e longo prazo” (Abramovay, 1998).

De carácter, fundamentalmente endógeno, este conceito busca um processo sustentável de aproveitamento das oportunidades e capacidades locais, pressupondo a participação de todos os atores sociais e económicos, públicos e privados.

O debate sobre as possibilidades da gestão local do desenvolvimento intensifica-se a partir dos anos 80, motivado por uma crise fiscal do estado que, associada aos processos de descentralização, incentivam a valorização dos governos locais como agentes de renovação das políticas públicas. Tendência esta, também reforçada pelo processo de reconfiguração dos padrões de produção e pelo aprofundamento da internacionalização dos fluxos de capital. Por outro lado, os dois últimos processos, que expressam um alto desenvolvimento económico,

trazem consigo um aumento substancial do desemprego, de carácter estrutural, o qual pressiona os governos locais a procurar alternativas capazes de enfrentar o problema.

Este contexto abre caminho para o questionamento das abordagens estruturais que consideram o Estado Nacional e as grandes empresas como agentes únicos do desenvolvimento económico, cabendo às esferas locais a gestão, apenas, de equipamentos e serviços públicos e a regulação de actividades, naquilo que é considerado de seu peculiar interesse.

O desenvolvimento local está associado, normalmente, a iniciativas inovadoras e mobilizadoras da comunidade, relacionando as potencialidades locais com as condições dadas pelo contexto.

O desenvolvimento local, apesar de ser um movimento de cariz interno, esta encontra-se inserido numa realidade mais ampla e complexa, com a qual interage e da qual recebe influências e pressões positivas e negativas. Quanto a globalização, o desenvolvimento local representa uma forma de integração económica com o contexto regional e nacional, que gera e redefine oportunidades e ameaças, exigindo competitividades e especialização.

O êxito dessa política só é possível se a comunidade local a assumir como própria e se existe um grau de autonomia suficiente e compatível com os objectivos traçados pelo poder local para que não entre em conflito ou choque com outros objectivos ou acções que originam de uma outra autoridade superior.

Portanto, na hora de implementação das políticas de desenvolvimento um dos objectivos importantes que deve ter em conta é procurar a conexão e a coordenação entre os diferentes agentes que vão levar a cabo esse processo, com o propósito de evitar a contraposição entre os interesses individuais e colectivos. Neste contexto:

“A política de desenvolvimento local, ainda que sem uma sistematização concreta, pode entender-se como uma forma flexível de regulação do ajustamento cujo êxito ficará a dever-se à sua capacidade para instrumentar a coordenação territorial das actuações e a cooperação dos agentes públicos e privados” (Padín, 2004).

A ênfase sobre o local e o regional, que é ponto de partida desta abordagem do desenvolvimento, caracteriza-se numa política de valoração dos recursos e capacidades da região que, como adiante se deverá estar na origem da formulação das políticas regionais.

A teoria de desenvolvimento local ou endógena procura resolver a problemática das desigualdades territoriais, a qual se concentrou em entender os diferentes níveis de

crescimento entre regiões e entre nações. Mesmo sabendo que os factores produtivos variam em determinadas regiões, como capital financeiro, mão-de-obra ou tecnologia, esta nova teoria procurava entre estes factores, os que eram mais facilmente encontradas dentro de uma região. Assim o desenvolvimento endógeno procura identificar que os factores de produção são decisivos para cada região, determinando-os dentro de cada região e não fora como era entendida nas décadas passadas.

Cabo Verde é um país insular. Os factores de competitividade nacional colocam especificidades muito fortes e peculiares a cada uma das ilhas, as quais, na sua natureza económica, social e cultural, recomendam a adopção de políticas de descentralização e desenvolvimento regional que potenciem os recursos locais, promovam a emergência de complementaridades e assegurem o desenvolvimento harmonioso e integrado do território nacional.

“A descentralização é tida como uma das principais saídas, para resolver a crise do estado. Entretanto, há uma corrente de opiniões que é mais radical, vendo na descentralização a única alternativa, a solução mágica que resolverá todos os problemas” (Lobo,1990).

Com base nisso, a descentralização tem um papel preponderante na resolução dos problemas da administração pública, propondo os níveis mais baixos a tomar a responsabilidade nas tomadas de decisões.

Com efeito, em diferentes regiões do mundo, os governos nacionais vêm utilizando a descentralização como estratégia para enfrentar a instabilidade política proveniente de movimentos separatistas e as exigências por autonomia. Ela dependerá, até certo ponto, dessas exigências chegarem, ou não, à população. Há a necessidade de se considerar, além do aspecto jurídico-formal, o aspecto sociológico da distribuição do poder, que valorize as organizações comunitárias criadas e destinadas a implementar e ampliar os interesses individuais e colectivos.

A descentralização, ao envolver uma ou mais divisões do território do Estado, requer a delimitação de áreas, não sendo este um processo arbitrário. Se o seu propósito é evidenciar as necessidades e/ou desejos das comunidades locais, a delimitação de áreas deve reflectir o estabelecimento de apropriados padrões “espaciais” da vida económica e social e da distribuição das comunidades.

3. Actores de desenvolvimento local

i. Governo local

“Governação local consiste numa efectiva partilha do poder entre o governo e as colectividades locais. Implica auto-gestão local e significa, assim, a existência do poder, por parte das colectividades locais” (Gomes 2004)^{17 18}.

Governação local diz respeito ao poder, à autoridade e à forma como uma região, município ou comunidade gere os seus assuntos. Saber se as autoridades locais ou descentralizadas são eficientes ou não, se são ou não capazes de prevenir conflitos violentos, de cumprir as obrigações decorrentes do respeito pelos direitos humanos, de incentivar o crescimento e de prestar os serviços públicos essenciais aos seus cidadãos é o factor decisivo para determinar o grau de sucesso das políticas de desenvolvimento.

Apesar de as autoridades locais fazerem parte da estrutura estatal, estas encontram-se mais próximas do cidadão do que as outras instituições públicas e podem contribuir com competências significativas, não só em termos de prestação de serviços (educação, saúde, água, transportes, entre outros), estabelecimento de instituições democráticas e administrações eficazes, mas também como catalisadores de mudança e promotores de confiança entre as diferentes partes.

Enquanto actor e legitimidade política necessária e a capacidade de mobilizar outros actores locais, as autoridades locais podem promover uma visão nacional, a longo prazo, sobre como construir sociedades inclusivas. A governação local caracteriza-se, assim, pelo envolvimento de um grande número de actores, que representa um amplo leque de interesses. As autoridades locais são um dos actores essenciais.

¹⁷Isaura Gomes é ex-presidente da Câmara Municipal de São Vicente.

¹⁸ Dr. Isaura Gomes- V Congresso da ANMCV-Maio 2004

Quadro 1: Actores da governação local

Intervenientes	Papel que desempenha	Incluem
O estado (governo)	Cria um ambiente político e legal propício através de: Manutenção do estado de direito, regulação de padrões socioeconómicos, garantia de redes de segurança social e protecção dos cidadãos, desenvolvimento de infra-estruturas sociais e físicas.	<ul style="list-style-type: none"> • Executivo • Legislativo • Judicial
Governo local	Proporciona um enquadramento institucional e administrativo para a gestão dos assuntos da comunidade, decisões políticas e definição de políticas, prestação de serviços básicos, gestão das terras e questões relacionadas com a sua utilização, mediação na resolução de conflitos	<p>Concelho local</p> <p>Comités (permanentes e outros)</p> <p>Painéis específicos (propostas/marketing, fundiário)</p> <p>Líderes tradicionais</p> <p>Tribunais locais</p>
Sector privado	Proporciona as bases para o desenvolvimento e crescimento económico através de: Geração de empregos, produção e comércio, desenvolvimento de recursos humanos,	<p>Pequenas, médias e grandes empresas</p> <p>Avaliação de comércio e investimento</p> <p>Câmara de Comercio</p> <p>Grupos de produtores</p>

	prestação de serviços e melhoria dos padrões empresariais	
Sociedade civil	Facilita a interacção social e política através de: organização e formação das comunidades Mobilização de grupos Promoção da cultura, etc. Apoio a acções de solidariedade e funções de vigilância	ONGs, OSCs, organizações sectoriais <ul style="list-style-type: none"> • Organizações cívicas • Académicas investigação • Grupos religiosos • Comunicação social

Fonte: Adoptado do documento “rumo a uma Abordagem Europeia da governação Local Democrática, da Descentralização e de Desenvolvimento do território”.

Neste contexto a administração local está numa posição estratégica entre os parceiros que mencionamos mais acima. É importante estabelecer parcerias com vários actores porque assim fica mais fácil abordar a questão da pobreza através da governação ao nível local.

A governação local é a base fundamental para o crescimento económico e redução das desigualdades, constituindo em conjunto, os meios mais eficazes de luta contra a pobreza. Melhorar as competências, a responsabilização e a capacidade de resposta das instituições públicas ao nível local permite que os mais pobres beneficiem de recursos crescentes e reduza a corrupção, contribuindo para a consolidação dos processos de governação democrática a nível nacional.

Para que haja governação local eficiente, há que haver governação democrática a nível nacional. A governação democrática local está intimamente relacionada com a governação democrática nacional, com a qual interage. A governação local democrática, reforçada pelas capacidades, responsabilização e capacidade de respostas, tem impacto nas formas de desenvolvimento local, orientando-as. Mais concretamente, é um processo de criação de um ambiente favorável à implementação de processos descentralizadores e de apoio ao desenvolvimento de território.

ii. Empresas

Estas desempenham um papel dinâmico no processo de desenvolvimento, visto que criam empregos, e ao criar emprego consequentemente a percentagem de desemprego vai diminuir e com isso há o aumento de riqueza que a comunidade local necessita.

Com o grande índice de desemprego em que encontramos, aqueles que estão excluídos do mercado do trabalho vão buscar outras alternativas e muitos criam os seus próprios negócios ou do início de uma nova actividade por conta própria, o que dá origem aos micro-empresendimentos.

Curiosamente, neste momento a ilha de São Vicente é aquela em que a taxa de desemprego é mais elevada.

Os processos de descentralização devem possibilitar um ambiente no qual as micro, pequenas e médias empresas possam ter acesso, efectivamente, aos serviços de apoio às actividades produtivas e, com isso, impulsionar, decisivamente, o desenvolvimento económico regional. A descentralização política se converte, assim, numa ferramenta determinante para o desenvolvimento económico local, ao facilitar a criação de espaços para negociações estratégicas com o sector privado empresarial e com os demais actores sociais regionais.

iii. Instituições

As instituições são organizações sociais que controlam o funcionamento da sociedade e, por conseguinte, dos indivíduos. São de interesse social, uma vez que reflectem experiencias quantitativas e qualitativas dos processos socioeconómicos de uma comunidade. Organizadas de acordo com certas regras e normas, visam à ordenação das interacções entre os indivíduos e entre estes e suas respectivas organizacionais.

A importância das instituições não está apenas no seu desempenho, mas, sobretudo, na qualidade e significado da função que a mesma exerce segundo as necessidades da comunidade. Elas não agem isoladamente e dependem de vários factores para o seu funcionamento. É necessário compreender o contexto social, histórico, económico e/ou cultural em que as instituições exercem o seu papel e ter em conta que elas são influenciadas por factores externos. Elas fazem parte do chamado “capital social” dos territórios e é um dos seus factores competitivos.

Universidades

As universidades são organizações de ensino e de pesquisas e por isso têm a responsabilidade de gerar, sistematizar e difundir conhecimentos científicos e culturais. Como organização de ensino, a contribuição mais notória da universidade é a qualificação profissional e, uma vez que, o acesso a informação é um elemento-chave para o desenvolvimento económico e social das comunidades e grupos sociais, elas desempenham um papel importante no processo do desenvolvimento local, pois elas são responsáveis pela formação dos actores sociais e políticos, futuros dirigentes das comunidades.

Mas, para além disso, elas participam, também, pro-activamente na elaboração e implementação dos processos de desenvolvimento. Aparecem como centro de empreendedorismo social, desenvolvendo projectos sociais, estimulando e assistindo projectos já existentes e a criação de novos, e ainda, produzindo novos conhecimentos ou soluções para os problemas da comunidade.

Hoje em dia, o conhecimento ocupa um lugar de destaque nos processos que configuram a sociedade contemporânea, bem como as instituições que trabalham com e sobre o conhecimento. E é esta evidência que fortalece a relevância do papel estratégico das instituições do ensino superior nos processos de desenvolvimento.

As organizações da sociedade civil

O mundo globalizado em que vivemos, dominados pelo mercado internacional e liderado essencialmente pelas grandes potências, traz vantagens, mas também desequilíbrios, os quais podem permanecer se não apareça quem defenda os direitos sociais dos cidadãos e promova a distribuição efectiva da riqueza que tende a acumular-se numa minoria.

Os governos, através dos organismos do Estado e suas políticas públicas não conseguem dar resposta a toda a sociedade e, por outro lado, o funcionamento do mercado, por si só, não corrige as desigualdades sociais, embora em certos casos, em ambiente de concorrência, beneficie o consumidor e o emprego.

Aparecem portanto, as organizações da sociedade civil, como intermediárias essenciais deste processo e com o importante papel de complementar as acções do Estado e do funcionamento do mercado, através da promoção da participação da sociedade civil. Para cumprirem este papel, deverão estar preparadas para actuar neste contexto complexo, tornando necessário que elas absorvam, efectivamente, o âmbito e os princípios que as regulam.

Todo o processo de desenvolvimento local deverá basear-se no engajamento e na participação activa da sociedade civil. Esta participação requer certas condições, entre as quais um ambiente favorável do ponto de vista político, económico e sociocultural, um quadro jurídico adequado e o engajamento dos governos no que concerne a criação de condições que favoreçam a participação e consolidação das organizações da sociedade civil.

4. A Descentralização e o Desenvolvimento Local

A descentralização e o desenvolvimento local são processos distintos e relativamente independentes, apesar quase sempre interligados e complementares. A descentralização trata de um aspecto político-institucional que decorre de decisão restritas à forma de organização da sociedade e da administração pública no trato das políticas e programas.

No entanto, a descentralização pode contribuir significativamente para o desenvolvimento local, resultante, normalmente, de iniciativas e capacidades endógenas das populações locais e municipais e suas instâncias político-administrativas. Neste sentido, apesar de representar um movimento restrito e independente, a descentralização pode representar uma base importante para estimular e facilitar o desenvolvimento local, criando as condições institucionais para organização e mobilização das energias sociais e decisões autónomas da sociedade.

Para compreender melhor a relevância da transferência de responsabilidade e poder político-institucional, é importante fazer distinção entre descentralização e desconcentração. Portanto, a descentralização representa a transferência de autonomia e efectivo poder de decisão entre instâncias, independente de se dar dentro da mesma instituição, (unidades locais de órgãos centrais) ou entre instâncias diferentes (das instancias centrais para os locais). Enquanto, desconcentração representa somente a distribuição da responsabilidade executiva de actividades, programas e projectos sem transferência da autoridade e autonomia decisória. Deste modo, a descentralização representa uma transformação mais profunda na estrutura de distribuição dos poderes no espaço, não se limitando à desconcentração das tarefas.

“A descentralização em África foi promovida, nos anos cinquenta e sessenta, pelas administrações coloniais, sob o argumento de que seria um elemento necessário à estrutura de um estado democrático independente, como meio de educação política da população e como forma de transferir responsabilidades a alguns serviços locais” (Smith, 1985).

Segundo Amaral (1998), Os argumentos baseavam-se genericamente nos modelos britânicos ou francês, embora com autoridade e funções bem limitadas. O modelo britânico considerava a descentralização como forma de transferência de atribuição e competências da Administração Central para a Administração Local, bem como de responsabilidades, serviços

e recursos. A visão francesa apenas achava necessária a promoção e desenvolvimento de condições jurídico- institucionais que permitissem o deslocamento do poder, da gestão e das decisões para os níveis mais periféricos de um sistema ou organização.

Os Municípios Cabo-verdianos têm transformado num importante defensor dos interesses das comunidades locais, sendo seu porta-voz nas principais reivindicações de participação equilibrada no desenvolvimento nacional e obreiro nas condições básicas de vida como o emprego, água e energia, qualificação do meio, habitação, educação, saúde e promoção social.

Nalgumas áreas, chegam a ser os promotores directos como:

- Na educação e formação, no domínio dos jardins-de-infância, transporte escolar, subsídios, formação profissional, vagas e bolsas de estudo nas universidades e escolas profissionais;
- Na saúde, no domínio da criação e gestão das unidades sanitárias de base, ambulâncias e assistência medicamentosa;
- No urbanismo, com os planos urbanísticos, cadastro, loteamentos e licenças de construção;
- Na habitação social com a reparação e construção de habitações para carenciados;
- Na cultura e desporto com a promoção de grupos culturais locais, construção de placas desportivas e dinamização de modalidades a nível local;
- Na acção social com programas de protecção social aos grupos mais vulneráveis como crianças, idosos e portadores de deficiência, de combate à pobreza, de apoio à juventude, integração de emigrantes, entre outras.

A promoção de actividades económicas deve constituir uma das vertentes de actuação municipal, de modo a que os Municípios intervenham directamente na actividade económica, através da criação de empresas públicas municipais e da participação em empresas públicas preexistentes, ou indirectamente através do apoio a empresas privadas e organizações da sociedade civil, de forma a estimular e promover o desenvolvimento económico sustentável a nível dos respectivos concelhos, criando condições que facilita o aproveitamento dos recursos que a própria Natureza oferece.

Desta forma devem ser claramente reconhecido aos Municípios o poder de desenvolver actividades económicas geradoras de emprego e rendimentos, para além do natural fomento e apoio aos agentes das actividades económicos que atuam no seu território.

Os Municípios deverão apostar na melhoria do seu sistema de comunicação, informação e relacionamento com os munícipes, de modo a conhecer as suas reais necessidades e aspirações, de forma a traçar uma estratégia mais eficaz e bem planeada para fazer face a este problema.

duas estações: de Novembro a Julho decorre a estação seca e é quando sopram os ventos alísios; de Agosto a Outubro é a "estação das chuvas", embora a precipitação seja na realidade baixa.

História

São Vicente foi descoberto no dia de São Vicente, 22 de Janeiro de 1462, pelo navegador português Diogo Gomes. Devido a falta de água, a ilha ficou, durante muitos e muitos anos, relegada à humilde condição de simples campo de pastagem do gado de alguns proprietários da ilha vizinha, Santo Antão.

Esta foi a última das ilhas do arquipélago a ser povoada, em 1838, quando um depósito de carvão foi estabelecido para abastecimento dos navios em rota pelo Atlântico na baía do Porto Grande, que a população se começou a fixar, fundando-se a cidade do Mindelo. Com a expansão do vapor, na segunda metade do século XIX, São Vicente teve um surto de desenvolvimento, com diversos depósitos de carvão ingleses em actividade e dezenas de navios a alcançarem o porto de Mindelo para se reabastecerem.

A ilha tornou-se escala obrigatória a meio do Atlântico para navios de todo o mundo e marinheiros de muitas nacionalidades confraternizavam nas tabernas e cafés do Mindelo. Por essa altura, a cidade tornou-se um centro cultural importante e cosmopolita onde a música, a literatura e o desporto eram cultivados. Chegou mesmo a aventar-se a hipótese de se transferir a capital de Cabo Verde para o Mindelo.

O ciclo durou apenas algumas décadas, pois com a substituição, no início do século XX, do carvão pelo diesel como combustível dos navios, o importante porto perdeu a sua preponderância, sendo substituído pelas Canárias e por Dacar. Mais tarde, a ilha ganhou novo fôlego como ponto de ligação transatlântica de cabos submarinos de telégrafo. Em 1874 foram amarrados os cabos submarinos da *Western Telegraph Company* (actual Cable & Wireless), ligando a Praia da Matiota, na ilha de São Vicente, à Madeira e depois ao Brasil. Em 1886, Cabo Verde ficou também ligado à África e à Europa através de cabo submarino.

Do período áureo, a cidade do Mindelo conserva um centro histórico relativamente bem preservado, onde predomina a arquitectura de estilo colonial, sendo um bom exemplo o *Palácio do Governador*. O Liceu Nacional de Cabo Verde (que posteriormente se veio a chamar Liceu Central Infante D. Henrique e é a actual Escola Jorge Barbosa), inaugurado em 1917, teve enorme importância no desenvolvimento da consciência

nacional cabo-verdiana, tendo lá estudado muitos dos obreiros da independência nacional, incluindo Amílcar Cabral e o actual Presidente da República Pedro Pires.

Demografia

A população de São Vicente é, segundo os dados preliminares do IV Recenseamento Geral da População e Habitação 2010, de 76.107 habitantes, com uma ligeira superioridade para o número de homens, 38.347 (correspondente a 50,4% da população), contra 37.760 mulheres (49,6% da população). A taxa de urbanização é de 92,6%, correspondente a 70.468 habitantes, contra 7,4 da população rural (5.639 indivíduos), bem superior á média nacional que é de 62%. A anual de crescimento demográfico é de 1,3%, superior também á nacional (1,2%).

A população da ilha de São Vicente é maioritariamente jovem, portanto 52,9% da população tem menos de 25 anos, enquanto com 60 anos ou mais perfaz 6,8%. Existem perto de 20 mil agregadas familiares residentes em São Vicente, com uma média de 3,9 pessoas por agregado, ligeiramente abaixo da média nacional que é de 3,9 pessoas. 59,5% das famílias vivem em casa própria e 25,8% em casas arrendadas (QUIBB 2007).

Cerca de 12,6% das famílias de São Vicente possuem automóvel, contra 10,1% a nível nacional. No que diz respeito aos outros bens de conforto, tais como, computador, televisão, DVD, entre outros, São Vicente está bem posicionada, estando em alguns aspectos com percentagens bastantes superiores relativamente à média nacional (QUIBB 2007).

Subdivisão

A ilha de São Vicente faz parte do concelho homónimo que inclui também a vizinha ilha de Santa Luzia (desabitada). O concelho de São Vicente é constituído por uma única freguesia: Nossa Senhora da Luz. O "Dia do Município" é 22 de Janeiro, comemorando a data em que a ilha foi descoberta.

A freguesia é por seu lado dividida em zonas, geralmente sediadas nas localidades homónimas. Além da cidade do Mindelo, outras localidades assinaláveis do concelho incluem a Baía das Gatas, Calhau, Salamansa e a aldeia piscatória de São Pedro.

Economia

A economia da ilha sempre se baseou quase exclusivamente no comércio e nos serviços. Devido à falta de chuva, a agricultura é de subsistência. A pesca tem alguma relevância, mas apresenta condições para ser uma actividade de maior importância, não só pelas capturas, nomeadamente de lagosta, mas também pelas indústrias derivadas: conservas, seca e salga de peixe e construção naval.

O Porto Grande é um dos principais portos de Cabo Verde, por onde passam grande parte das importações do país. Está dotado de um terminal de contentores e de instalações de frio e silos que possibilitam a actividade de transbordo de cargas. Existe também uma moderna central de dessalinização da água do mar para consumo público e estaleiros navais.

No sector industrial, a ilha apresenta abundância de mão-de-obra, se bem que pouco qualificada, resultado do êxodo de habitantes de outras ilhas para São Vicente. O parque industrial da ilha, Zona industrial de Lazareto, chegou a concentrar-se diversas unidades fabris, essencialmente de investimento, nas actividades de calçados, confecções e transformação de pescado. Com a retracção da economia internacional, algumas das unidades industriais foram relocalizadas e outras encerraram.

Cerca de 27% da população empregada exerce profissões sem grande qualificação. Empregados altamente qualificados, principalmente os quadros superiores de empresas e da administração pública e os que exercem funções de gestão e direcção, não chegam a 2% das profissões exercidas. Destaca-se, no entanto, uma maior participação das mulheres são-vicentinas nos lugares de decisão quando se compara com a média nacional.

Segundo o QUIBB 2007, São Vicente é a ilha que apresenta a maior taxa de desemprego do país (27,4 %), enquanto a média nacional fica pelos 21,6%. O desemprego afecta mais as mulheres (28,3), do que os homens (26,6).

Nos últimos anos, o Centro Nacional de Artesanato do Mindelo tem vindo a apoiar os artesãos locais, nomeadamente na produção e comercialização de peças de cerâmica, artigos feitos de cascas de coco e colares de conchas e pedras.

São Vicente tem uma grande tradição a nível do desporto, visto que, foi a partir daqui que muitas modalidades se espalharam para as restantes ilhas. O windsurf, por exemplo, encontra nesta ilha excelentes condições sendo a praia de São Pedro considerada uma das melhores para a prática desta modalidade, como se têm constatado muitos campeões mundiais da modalidade.

As ligações entre as diversas localidades da ilha são asseguradas por um sistema de transportes públicos onde operam cinco empresas privadas: Transcor.SA, Transporte Morabeza, Transporte Alegria, Amizade, Sotral e Automindelo. No entanto, especialmente para as localidades mais distantes da cidade do Mindelo, nomeadamente Baía das Gatas, Calhau, São Pedro e Salamansa, é usual o recurso ao sistema de aluguer de carrinhas e autocarros.

Saúde

Cerca de metade das famílias da ilha tem acesso a água potável através da rede pública, proporção superior à média nacional que é de apenas 25%. A população não ligada às redes de distribuição abastece-se principalmente através de autotanques. São Vicente é a ilha com maior cobertura da rede de esgotos de que já beneficiam 45,1% dos agregados familiares. Em 2005, estavam em fase de conclusão diversos projectos que visam a ligação à rede de esgotos dos bairros mais carenciados, contribuindo decisivamente para a saúde pública.

O sistema de saúde da ilha tem beneficiado de grandes progressos nas últimas duas décadas, graças não só aos investimentos do governo, mas também como resultado das relações de cooperação com alguns municípios e instituições portuguesas, nomeadamente da Câmara Municipal de Oeiras e da Fundação Calouste Gulbenkian. Graças a essa cooperação, nos últimos anos o *Hospital Baptista de Sousa*, de São Vicente, passou a dispor de um serviço completo de cardiologia e de uma unidade de cuidados intensivos, ambos modernamente equipados. Para além do hospital central, há na ilha ainda dois centros de saúde, uma delegacia de saúde, três unidades sanitárias de base e dois centros do *Programa Materno-Infantil e de Planeamento Familiar* (PMI-PF).

Cultura

Em termos culturais, São Vicente foi sempre uma ilha fértil. A cidade do Mindelo tem uma grande fama cultural. Informalmente é considerada a capital cultural de Cabo Verde. A noite os seus bares são animados com música ao vivo, nos quais por exemplo se iniciou a carreira de Cesária Évora. Além da música, a cultura são-vicentina se destaca em diversas áreas como o teatro e a literatura. Eventos anuais têm grande destaque, como Carnaval e as festividades de Fim de Ano, para além de outras actividades que realizam ao longo do ano.

Gastronomia

A gastronomia mindelense é muito rica e bastante apreciada pelos visitantes.

O prato mais comum nos restaurantes do Mindelo, como no resto de Cabo Verde, é o bife de atum, normalmente de excelente qualidade. Mas é também possível encontrar *cachupa*, espécie de feijoada local, sendo ainda bastante comuns os pratos de peixe grelhado ou cozido.

A maior dificuldade será, assim, escolher o sítio. O restaurante Sodade (Rua Franz Fanoz, 38), por exemplo, prima pela simplicidade, mas beneficia de uma vista deslumbrante sobre a baía e o Monte Cara (dispõe também de uma residencial). Mais sofisticado é o **Archote**, situado no Alto de S. Nicolau, a curta distância da praça central, onde se pratica uma cozinha cuidada (aconselha-se aqui o bife de atum gratinado). A refeição é acompanhada por música ao vivo, na esplanada. Conta também com uma estalagem.

No topo das preferências daqueles que procuram um restaurante que obedeça a padrões europeus está o **Tradissom & Morabeza** (Rua da Praia), que ocupa o último andar no edifício do Clube Mindelense e se destaca por uma decoração extremamente cuidada e pela vista sobre a baía. Abre só ao jantar.

Estes aspectos e outros já mencionados, constituem os factores competitivos da ilha, os tais elementos endógenos, que se forem explorados da melhor forma poderão contribuir para o seu desenvolvimento.

2. Três momentos distintos da governação local

i. O pós independência

Do achamento das ilhas a independência nacional, o país vivia sob o domínio colonial português. Sob o regime de partido único após a independência, a 1991, não existia o poder local em Cabo Verde, pois não havia eleições. Havia, sim, em cada ilha, um representante do Governo Central (o delegado do governo), nomeado por este, que dirigia os Concelhos Deliberativos. A nível das comunidades existiam as comissões de moradores que desempenhavam tarefas em prol das respectivas comunidades.

Os Delegados do Governo não tinham poder de decisão sobre os assuntos internos das ilhas, que eram decididos pelo Governo Central, limitando a dar suas opiniões, que podiam ser ou não absorvidas, e a implementar as directrizes que eram dadas a partir da Capital.

Durante este período, os delegados preocuparam-se com a recuperação do património cultural e arquitectónica da Cidade do Mindelo e no desenvolvimento de projectos de cariz social e desportiva, designadamente, a construção de alguns centros de saúde, do mercado municipal, dos cemitérios do norte de baía, e da Salamansa, entre outros.

ii. O período a seguir as primeiras eleições autarquias (1991-2004)

Após a abertura política em 1991, em Dezembro desse mesmo ano primeiras eleições autárquicas do país foram realizadas em que saiu vencedor um grupo constituído por cidadãos independentes, denominado “movimento para o renascimento de São Vicente-MPRSV”. Este grupo ganhou a Câmara de São Vicente por três anos consecutivos, de 1991 à 2004. Segundo palavras do Presidente da Câmara na altura, a governação do grupo não foi fácil, uma vez que as relações com o poder central não eram as melhores resultantes num sufoco económico que comprometia o desenvolvimento local, segundo palavras do Presidente da Câmara, na altura. Durante esse período de governação, essa câmara viu na cooperação descentralizada na forma das geminações, uma alternativa para financiamento dos seus projectos de desenvolvimento. Assim, foram assinados

vários protocolos com as congéneres portuguesas, com reflexos significativos no desenvolvimento de São Vicente²⁰.

Durante o período em que o MPRSV governou, de 1991 à 2004, foram realizados vários projectos, muitos deles graças ao financiamento das câmaras geminadas, tendo por objectivo o desenvolvimento local de São Vicente e a melhoria da população, entre os quais destacamos:

- Polidesportivo Município de Oeiras, Ribeirinha, Cruz João Évora, Fonte Francês;
- Salamansa;
- Bairros de habitação social;
- Electrificação do estádio de Futebol “ Adérito Sena”;
- Recuperação do mercado central;
- Modernização do mercado de peixe.
- Biblioteca Municipal
- Iluminação da Avenida Marginal a Lazareto
- Construção de várias praças²¹.

Nas eleições autárquicas de 2004, com o apoio do maior partido da oposição, na altura, o MpD (movimento para a democracia), o grupo independente “arco-íris”, encabeçado por uma mulher, saiu vencedora pela primeira vez na história de Cabo Verde se elegia uma mulher para a presidência de uma Câmara tendo repetido efeito nas eleições de 2008.

Esta Câmara, deu muita atenção às condições de trabalho dos funcionários e de atendimento aos munícipes, traduzindo-se numa melhoria do nível de prestação de serviços. Procedeu, ainda, à informatização dos serviços de Administração Fiscal,

²⁰ A cidade do Mindelo foi a primeira cidade cabo-verdiana a assinar protocolo de geminação com outras cidades. O primeiro protocolo de geminação foi assinado em 1986, com a cidade norte-americana de New Bedford, ainda sob o regime do partido único. O segundo protocolo foi assinado com a câmara municipal de Oeiras, em Portugal em 1998, durante o mandato da primeira Câmara eleita

²¹ Essa Câmara, ficou conhecida como a Câmara das “praças”, pelo número de praças construídas pela cidade e arredores, demonstrando a preocupação com o meio ambiente, através da criação de espaços verdes.

Tesouraria, Secretaria Geral de Expediente e do Gabinete Técnico, Cadastro Municipal e a interligação de todos os serviços desconcentrados da CMSV (Assembleia Municipal, Biblioteca, Bombeiros, Protecção Civil, Oficina e Parque-Auto).

iii. Período actual a contar a partir de 2004

Relativamente a projectos implementados a partir do ano de 2004, podemos destacar os seguintes:

- Programa de intervenção social (Programa de luta contra a SIDA, Programa de luta contra a Droga, Programa de Natal)
- Programa de Prevenção ao Abandono Infantil (beneficia crianças em situação de risco)
- Programa de apoio a idosos (beneficia idosos carenciados e sem apoio familiar)
- Programa de apoio a estudantes carenciados (apoio as famílias carenciadas com as despesas e educação dos filho, nos diferentes níveis de ensino, tais como transporte, materiais e uniformes escolares, propina, entre outros.);
- Atribuição de vagas para formação profissional e superior em Portugal, no âmbito de acordos assinados com algumas escolas e universidades daquele País;
- Construção de moradias sociais;
- Construção de Centros de Saúde, como por exemplo em Ribeirinha e Ribeira de Craquinha;
- Construção da Delegacia de Saúde
- Restauração e arrelvamento no Estádio Adérito Sena;
- Remodelação, manutenção e construção de placas desportivas;
- Extensão da rede de esgotos;
- Remodelação da Laginha;
- Entre outros tantos projectos.

3. Diagnóstico dos sectores chaves da economia da ilha

Fazendo uma breve diagnóstico aos sectores chaves da economia da ilha de São Vicente, podemos dizer que a sua economia desenvolve-se a partir das características singulares da sua localização geográfica, o que impulsionou a actividades de transporte

marítimo (graças a existência do Porto Grande, que contribuiu muito para a sua projecção a nível nacional), da pesca e também da administração pública, na medida em que Mindelo foi sempre um centro administrativo de grande influência no território nacional.

Comércio

O comércio é o sector que tem maior peso no PIB não só na ilha de São Vicente como também no país. As empresas comerciais empregam uma percentagem substancial da população activa. O sector de comércio (grossista, retalhista e de combustíveis) continua a ser a maior actividade económica do País.

Indústria

O tecido industrial encontra-se, ainda, pouco diversificado, sendo constituído na sua maioria por empresas de pequena e média dimensão, mas mesmo assim este sector tem vindo a contribuir de forma significativa para o desenvolvimento da ilha, embora o emprego e a exportação continuem a ser limitados. A partir de 1993, com o aparecimento das empresas francas, assistiu-se a um incremento das exportações, sustentado por essas unidades, mas que viria depois a decair a partir de 2000 com a deslocalização de algumas dessas unidades.

Turismo

O turismo parece ser uma das soluções viáveis para fazer crescer a economia de São Vicente, visto que, as suas condições naturais são boas. Outro aspecto, a destacar é a entrada em funcionamento do aeroporto internacional, infelizmente não em plenitude (impossibilidade de abastecimento dos aviões nesta ilha e de realização de voos nocturnos), com as vantagens daí tirados.

Alguns projectos turísticos que indicavam ser promissórios para o desencravar de S. Vicente, nomeadamente, os de Salamansa, Saragarça, Flamengos e Tupim, apresentados em 2007, não avançaram por discórdias entre o poder central e o poder local quanto à titularidade dos terrenos nas zonas onde iriam ser construídos, tendo o Governo justificado da seguinte forma o facto de ter impedido o avanço desses projectos: “....” Alguns municípios vêm-se apropriando de grandes parcelas de terrenos

vagos e/ou privado do Estado, procedendo à sua alienação a operadores turísticos para os mais diversos fins”. No caso S. Vicente, o Governo defende que esses terrenos sobre os quais a CMSV assinou protocolos para a venda de terrenos, que pertence ao Estado”²².

A Câmara Municipal, argumentou que a atitude do Governo resulta do facto de “...sermos uma Câmara que não é da cor política do Governo...”²³

O sector do turismo, é um sector que se revela ser promissório, portanto deve apostar seriamente neste sector. Mas primeiro é necessário definir que tipo de turismo se quer para a ilha, e criar as condições necessárias para o seu desenvolvimento.

4. O papel das ONG's e OSC's em São Vicente

Em São Vicente há várias Organizações não Governais e Associações de Desenvolvimento Local que vêm intervindo nas diversas áreas de actividade e de interesses para a comunidade local, designadamente, protecção ambiental, defesa de determinados grupos populacionais com problemas específicos (crianças, idosos, jovens, mulheres), na área de saúde, educação, habitação, etc,

Entre elas destacamos: a Organização das mulheres de Cabo Verde (OMCV), Atelier Mar, Associação para a Defesa do Consumidor (ADECO), Cruz Vermelha de Cabo Verde, Verde Fam, Associação Artística e Cultural Mindelact, etc.

Muitas dessas organizações e associações estão inscritas na Plataforma das ONG's de todo o Cabo Verde.

São parceiras importante para o desenvolvimento da ilha e, nesse âmbito, vêm realizando um trabalho louvável, apesar das limitações com que se encontram, como:

- Falta de articulação entre o poder e as ONGs/OSCs, em especial a nível local;
- Ausência de estratégia de mobilização de recursos alternativos aos apoios do Governo;
- Certa politização de algumas associações;

²² Revista Municipal “Socente”, n.º 11/2007

²³ Na mesma revista

- Insuficiência de recursos humanos e/ou com limitada qualificação técnica.

Da desconfiança inicial e recíproca, as relações das ONGs/OSCs com os Governos central e municipal vêm melhorando. Estas hoje, já são chamadas a se pronunciarem sobre aspectos importantes da vida nacional. Porém, é imperativo que essa participação seja seguida de efeito para que não se transforme em mera obrigação formal.

Concluindo, pode-se dizer que tem havido um grande desempenho das diversas equipas camarárias que está ilustrado nas diversas realizações e que tem contribuído para a melhoria das condições de vida da população São-vicentina.

Para que haja um verdadeiro desenvolvimento da ilha de São Vicente é, pois, essencial a existência de um governo local com capacidade e vontade de trabalhar em prol da ilha e da sua população, que coloca esses objectivos acima dos interesses particulares e partidários, terá, também, de ter a capacidade de uma boa relação com os demais atores, estimulando-os, incentivando-os e orientando-os sempre que for necessário, procurando a conexão e a coordenação entre os diversos agentes, com o propósito de evitar a contraposição entre os interesses individuais e os colectivos, o êxito dependerá da capacidade, desse governo, para dirigir a coordenação territorial das actuações e a cooperação dos agentes públicos e privados.

CAPÍTULO VI: RESULTADOS DO ESTUDO QUANTITATIVO - ANÁLISE DO QUESTIONÁRIO

P1- Nos últimos anos, muito se tem falado sobre o desenvolvimento de São Vicente e as críticas são várias. Já até se fala no esquecimento da ilha de São Vicente. O que acha sobre isso, é verdade?

Eleitos Nacionais	1. Não 2. Sim 3. Sim	4. Sim 5. sim 6. sim
Eleitos locais	1. Sim 2. Sim	3. Sim
Cidadãos	1. Sim 2. Sim 3. Sim 4. Sim 5. Sim	6. Sim 7. sim 8. sim 9. sim 10. sim

Análise: dos 19 inquiridos, a maioria responde SIM a P1, isto mostra que realmente já foi falado no esquecimento da ilha de São Vicente o que implica uma insegurança enorme para o povo são-vicentino.

P2- É possível inverter essa situação?

Eleitos Nacionais	1. Sim 2. Sim 3. NS/NR	4. Sim 5. sim 6. Sim
Eleitos locais	1. Sim 2. Sim	3. Sim
Cidadãos	1. Sim 2. Sim 3. Não 4. Sim 5. Sim	6. Sim 7. Sim 8. Não 9. Sim 10. Sim

Análise: através do quadro pode-se verificar que a grande maioria dos inquiridos, julga que a situação em que se encontra São Vicente, o ponto até de se ter falado no seu esquecimento pode ser invertida. Há portanto uma grande esperança de que a ilha de São Vicente pode melhorar.

P3- Considera que a Câmara Municipal está preparada para dar um maior contributo no desenvolvimento de São Vicente?

Eleitos Nacionais	1. Sim 2. Sim 3. Não	4. Não 5. NS/NR 6. Sim
Eleitos locais	1. Não 2. Não	3. Sim
Cidadãos	1. Não 2. Sim 3. Não 4. NS/NR 5. Sim	6. Sim 7. Não 8. Não 9. Não 10. Não

Análise: a resposta dos inquiridos relativamente a P3 demonstra que a maioria dos inquiridos considera que a Câmara Municipal de São Vicente não está preparada para dar um maior contributo no desenvolvimento de São Vicente. Portanto, a CMSV deve desenvolver políticas de desenvolvimento, procurar medidas adequadas para fazer com que São Vicente se desenvolva mais.

P4- O governo central tem uma visão para o desenvolvimento de São Vicente?

Eleitos Nacionais	1. Não 2. Não 3. Não	4. Sim 5. Não 6. Não
Eleitos locais	1. Não 2. Sim	3. Não
Cidadãos	1. Não 2. Não 3. Não 4. NS/NR 5. Não	6. Não 7. Não 8. Não 9. Não 10. Não

Análise: de acordo com as respostas dos inquiridos relativamente a P4, nota-se, através do quadro que o governo central ainda não tem uma visão para o desenvolvimento de São Vicente, e isto é uma questão preocupante.

P5- O governo central acertou na sua política para São Vicente?

Eleitos Nacionais	1. Não 2. Não 3. Não	4. Sim 5. NS/NR 6. Não
Eleitos locais	1. Não 2. Não	3. Não
Cidadãos	1. Não 2. Não 3. Não 4. Não 5. Não	6. Não 7. Não 8. Não 9. Não 10. Não

Análise: relativamente a questão P5, constata-se através do quadro, segundo a maioria dos inquiridos que o governo central não acertou na sua política para São Vicente. Este deve escolher uma outra política para que esta ilha possa desenvolver ainda mais.

P5.1- E o governo local?

Eleitos Nacionais	1. Não 2. Não 3. Não	4. Sim 5. Sim 6. Não
Eleitos locais	1. Não 2. Não	3. Sim
Cidadãos	1. Não 2. Não 3. Não 4. Não 5. NS/NR	6. Sim 7. Sim 8. Não 9. Não 10. Não

Análise: quanto ao P5.1, tendo em conta as respostas dos inquiridos, nem o governo local se acertou na sua política para a ilha de São Vicente. Na nossa opinião o governo central e o local deveriam escolher juntas uma política para a ilha em vista a um desenvolvimento da mesma.

P6- Considera que podemos acreditar que os dois governos (central e local) podem alavancar o desenvolvimento de São Vicente?

Eleitos Nacionais	1. Sim 4. Sim 2. Não 5. Sim 3. Sim 6. Sim
Eleitos locais	1. Sim 3. Sim 2. Sim
Cidadãos	1. Sim 6. NS/NR 2. Não 7. Não 3. Não 8. Sim 4. Sim 9. Não 5. Sim 10. NS/NR

Análise: sobre a P6, os inquiridos também consideram que os dois governos juntos podem alavancar o desenvolvimento de São Vicente.

P7- Que nota de 0 à 10, atribui ao governo central no tocante a estratégia adoptada para a ilha de São Vicente?

Eleitos Nacionais	1. 8 2. 6 3. 5 4. 4 5. 4 6. 5
Eleitos locais	1. 7 2. 1 3. 4
Cidadãos	1. 1 2. 0 3. 6 4. 5 5. 5 6. 4 7. 1 8. 3 9. 3 10. 0

Análise: a avaliação média aproxima-se de 4 pontos, o que significa que é uma nota negativa. Portanto espera-se muito mais do governo central para com a ilha de São Vicente.

P8- Que nota de 0 à 10, atribui ao governo local no tocante a estratégia adoptada para a ilha de São Vicente?

Eleitos Nacionais	1. 5 2. 5 3. 5 4. 7 5. 8 6. 5
Eleitos locais	1. 2 2. 3 3. 10
Cidadãos	1. 1 2. 0 3. 5 4. 8 5. 7 6. 4 7. 1 8. 4 9. 3 10. 0

Análise: a avaliação média feita pelos inquiridos é também negativa, o que significa que o governo local é também avaliado negativamente. Nenhum governo acertou na sua política para a ilha de São Vicente.

P9- Hoje fala-se muito da descentralização em São Vicente. Considera que há condições para maior descentralização?

Eleitos Nacionais	1. Sim 4. Sim 2. Sim 5. Sim 3. Sim 6. Sim
Eleitos locais	1. Sim 3. Sim 2. Sim
Cidadãos	1. Sim 6. Sim 2. Não 7. NS/NR 3. Não 8. Sim 4. Sim 9. Sim 5. Sim 10. Sim

Análise: a grande maioria dos inquiridos considera que há condições para maior descentralização, pelo que deve-se dar mais atenção á questão dos órgãos infra-municipais para uma maior cobertura do território municipal e das necessidades de franjas da população mais periféricas.

P10- E quanto a questão da regionalização? É a favor da regionalização?

Eleitos Nacionais	1. Sim 4. Sim 2. Sim 5. Sim 3. Sim 6. Sim
Eleitos locais	1. Sim 3. Sim 2. Sim
Cidadãos	1. Sim 6. Sim 2. Sim 7. Sim 3. Sim 8. Não 4. Sim 9. Sim 5. Sim 10. Não

Análise: verifica-se que relativamente a P.10, a maioria dos inquiridos são a favor da regionalização.

P11- Acha que com a regionalização, a ilha de São Vicente pode desenvolver mais?

Eleitos Nacionais	1. Sim 4. Sim 2. Sim 5. Sim 3. Sim 6. Sim
Eleitos locais	1. Sim 3. Sim 2. Sim
Cidadãos	1. Sim 6. Sim 2. Não 7. Não 3. Sim 8. Sim 4. Sim 9. Sim 5. Sim 10. Sim

Análise: finalmente, relativamente a P11, de acordo com o quadro, verifica-se que se considera que com a regionalização a ilha pode desenvolver mais. Então, o governo local, juntamente com o governo central devem investir mais na questão da regionalização para que se possa fazer com que a ilha de São Vicente se desenvolva.

RECOMENDAÇÕES:

- Recomendo que quer o governo central, quer o local, tenham uma visão de desenvolvimento discutida com a população, uma vez que, segundo as respostas dos inquiridos, os cidadãos não olhem nem da parte do governo central nem do local uma visão para a ilha de São Vicente, o que é muito grave. É preciso que os dois governos dialogam com a população no sentido de ter algo concreto para São Vicente;
- Recomendo a regionalização em Cabo Verde. Em São Vicente a população tem uma ideia de que todo o poder é centralizado na Praia e neste momento associa-se a falta de política do governo central para São Vicente, segundo o inquérito, há quase uma revolta da população São-vicentina em relação a uma mais descentralização do poder central o que significaria uma regionalização política.
- Recomendo aos políticos de São Vicente a priorização do desenvolvimento de São Vicente em vez de uma maior partidarização.

CONCLUSÃO

A descentralização em Cabo Verde constitui um processo de grande valia. Este vem funcionando como a ferramenta principal no que tange ao desenvolvimento local, constituindo uma estratégia facilitadora para melhoria da eficácia e produtividade dos serviços. A política de descentralização efectiva dos serviços significa a descentralização e circulação dos poderes políticos, administrativos e tecnológicos das unidades centrais aos níveis periféricos, intermédios e locais, o que torna a administração dos serviços mais eficientes, permite também a equidade e o controlo social.

Em São Vicente a descentralização tem tido impacto positivo, mas seria melhor e maior se não houvesse uma relação de conflito entre o poder local e o poder central, com fortes implicações a nível do desenvolvimento local. Essas relações de conflitualidade terão contribuído para a não implementação de vários projectos importantes e que poderiam mudar a situação social da ilha de São Vicente.

Para um verdadeiro desenvolvimento de São Vicente é essencial a existência de um governo local com capacidade e vontade de trabalhar para São Vicente e para sua população, que coloca esses objectivos acima dos interesses particulares e partidários. Tem de ser capaz de ter uma boa relação com os demais actores, incentivando-os e orientando-os sempre que preciso, procurando uma união entre os agentes para tentar evitar uma contraposição entre os interesses individuais e os colectivos.

Os dois governos (central e local) não acertaram nas suas políticas para São Vicente de acordo com os inquiridos. A insatisfação constatada leva-nos a concluir que é necessário uma nova política para a ilha, visto que, a actual política não está favorecendo o desenvolvimento da ilha de São Vicente. Cabo Verde em geral, e São Vicente em particular, deverá levar em frente o processo de descentralização territorial, mesmo com os constrangimentos que existem. Portanto, confirmando a nossa hipótese, um maior nível de descentralização permitirá ao município de São Vicente alcançar as condições necessárias para potenciar o desenvolvimento local.

Quanto a regionalização, as propostas são escassas relativamente a sua implementação, e muitos se perguntam qual o melhor caminho para a regionalizar. Muitas são as opiniões dispersas relativamente a esta questão.

Das opiniões dos partidos políticos, defendemos a posição do PTS que propôs cinco regiões: a primeira seria integrado pelas ilhas de Santiago, Fogo e Brava; a segunda composta pelas ilhas do Sal; Boa Vista e Maio; a terceira integrado pelas ilhas de São Vicente, Santo Antão e São Nicolau e mais duas regiões da diáspora, uma das Américas e outra da Europa/África.

Essas regiões, segundo este partido serão pessoas colectivas de administração descentralizada, instituídos para assegurar interesses públicos gerais que competem a administração central.

A proposta do PTS é uma boa proposta, visto que, a situação em que se encontra Cabo Verde, onde a taxa de desemprego é elevada, seria difícil ou quase impossível algumas ilhas desenvolverem sozinhas.

BIBLIOGRAFIA

AMARAL, F. (2001). *Curso de direito administrativo*, I, Almedina.

AMARO, R. (1991). *Lógicas de espacialização da economia Portuguesa, Sociologia-problemas e práticas*.

A ANMCV, (2002). O Poder Local e o Processo de Descentralização em Cabo Verde, pertencente ao site < <http://www.anmcv.net/anmcv/docs/processo>

[Descentralizadaemcabo Verde.pdf](#)> consultado em 16 de Novembro de 2009.

BAPTISTA, M. (1982). *Participação e Descentralização, Democratização e Neutralidade na Constituição de 1976*. Coimbra.

BUARQUE, S. (1999). *Metodologia de planeamento do desenvolvimento local e municipal sustentável. Material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planeamento local e municipal*. Brasília, DF: IICA.

CABRAL, Iva, *Elites atlânticas: Ribeira Grande do Cabo Verde (séculos XVI-XVIII)*. [Em linha]. Disponível em <<http://docs.google.:cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital> camoes/doc_download/434-elites-atlanticas-ribeira-grande-do-cabo-verde-secs-xvi-xviii> [Consultado em 03/04/2014].

CAMERON, R. (2003). *História Económica do Mundo*. Lisboa: publicações Europa-América.

CARMO, H. (1998). *Desenvolvimento comunitário*. Lisboa: Universidade aberta.

CORREIA, A. (2000). *Nos tempos do Porto Grande do Mindelo*, Praia- Mindelo: centro Cultural Português. Colecção de documentos para a história de Cabo verde, 3.

FERREIRA, P. *Poder Local Como Factor de Sucesso em Cabo Verde*. [Em linha]. Disponível em < <http://www.forcv.com/articles> > [Consultado em 31/02/2014].

FONSECA, J. (2005). *Direito e Cidadania*. Ano vii- N.22. Praia-Cabo Verde

FONSECA, J. (2006/07). *Direito e cidadania*. Ano viii. N.25/26. Quadrimestral. Praia. Cabo verde.

GOMES, J. *O impacto da descentralização no processo de desenvolvimento local: a experiência de Cabo Verde*. [Em linha]. Disponível em <http://www.igadi.org/fondogalego/comunicacion/doc/iv_xac_ponencia_joao_gomes_duarte_c_sao_miguel.pdf> [Consultado em 03/02/2014].

GRAÇA, E. (2010). *O desenvolvimento local e o processo de descentralização em Cabo Verde “o caso de São Vicente”*. Tese de mestrado em gestão do desenvolvimento e cooperação internacional. São Vicente. Disponível na biblioteca da Universidade do Mindelo.

JACOBI, P. (1989). *Movimentos sociais e política pública: demandas por saneamento básico e saúde*. São Paulo-1974-84. São Paulo: Cortez.

JACOBI, P. (1990). *Descentralização, Participação e Democracia. Educação Municipal*. São Paulo. Undime, v. 3, nº 6.

JACOBI, P. (1990). *Descentralização municipal e participação dos cidadãos: apontamentos para o debate*. Lua Nova, nº 20.

LIVRAMENTO, J. (2011). *Experiência de Poder Local: o caso de Cabo Verde*. Praia.

LOBO, T. (1990). *Política social e descentralização*. In projecto: *a política social em tempos de crise. Articulação e descentralização*. VOL.III. MPAS-CEPA. Rio de Janeiro.

MARTA, R. (2007). *Descentralização e Justa Repartição de Recursos entre o Estado e as Autárquicas Locais*. Avenida Fernão de Magalhães, Coimbra, Edições Almeida, SA.

MILANI, C. (2005). *Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil)*. In: *Capital social, participação política e desenvolvimento local: atores da sociedade civil e políticas de desenvolvimento local na Bahia*. Escola de Administração da UFBA (NPGA/NEPOL/PDGS).

RAMOS, M. (1999). *Congresso da ANMCV, Descentralização e Cooperação: Perspectivas, Anseios e Preocupações para o Novo Milénio*, Praia.

RAMOS, A. (2002). *A cooperação Descentralizada em Cabo Verde*. [Em linha]. Disponível em <<http://www.anmcv.net/anmcv/docs>> [Consultado em 03/02/2014].

- ROCHA, J. (2005). *Regionalização no Âmbito da Gestão Autárquica*. Coimbra.
- ROZAS, G. (1998). *Pobreza y desarrollo do chile*, nº7. [Em linha]. Disponível em <<http://rehue.Csociales.Uchile.cl>> [Consultado em 10/03/2014].
- SILVEIRA, O. (2000). *Subsídios para o regionalismo em Cabo Verde*. São Vicente
- VEIGA, C. (2007). *Comunicação à Conferência Internacional sobre a Regionalização*. Praia
- VEIGA, C. *descentralização: conceitos e perspectivas*. [Em linha]. Disponível em <<http://www.reformadoestado.gov.cv/.../422-descentralizacao-conceitos-e-perspectivas>> [Consultado em 03/02/2014].

Documentos Oficiais

- Estatuto dos municípios de Cabo Verde
- Constituição da república de Cabo Verde: 2010
- Programa do governo: 2001-2005; 2006-2011; 2011-2016
- Lei-quadro de descentralização
- Relatórios de desenvolvimento humano: 1990; 1999; 2000; 2009
- Relatório “Bruntlanda”, Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
- Relatórios de actividades da Câmara Municipal de São vicente

Páginas da internet

- <http://xa.yimg.com/kq/.../O-conceito-de-Descentralizacao-usos-e-abusos.pdf>
- <http://www.scielo.br/pdf/rk/v10n2/a03v10n2>
- <http://www.bdigital.unipiaget.cv:8080/.../monografia%20dulcelina%20-%20>
- http://www.noticiasdonorte.publ.cv › Headline_rigth

<http://www.forcv.com/.../3408-poder-local-como-factor-de-sucesso-em-cabo-v..>

<http://www.anmcv.net/.../Cooperacao%20descentralizada%20em%20Cabo%20>

<http://www.expressodasilhas.sapo.cv>

<http://www.asemana.publ.cv/>

<http://www.reformadoestado.gov.cv/.../574-agencia-autarquica-sao-vicente?>

<http://www.governo.cv>

<http://www.ine.cv>

<http://www.br.monografias.com/trabalhos>

ANEXO:

Questionário

Exmo. Senhor (a)

Sou estudante do curso de Ciência Política e Relações Internacionais na Universidade do Mindelo, e estou fazendo a minha monografia, cujo tema a desenvolver é “O impacto da descentralização no desenvolvimento de São Vicente”.

Para o devido efeito foi preparado este questionário em que a sua resposta é de extrema importância para o estudo que pretendemos.

1. Nos últimos anos, muito se tem falado sobre o desenvolvimento de São Vicente e as críticas são várias. Já até se fala no esquecimento da ilha de São Vicente.

O que acha sobre isso, é verdade?

- a) Sim
- b) Não
- c) Não sabe/ não responde

2. É possível inverter o cenário?

- a) Sim
- b) Não
- c) Não sabe/não responde

3. Considera que a Câmara Municipal está preparada para dar um maior contributo no desenvolvimento de São Vicente?

- a) Sim
- b) Não
- c) Não sabe/não responde

4. O governo central tem uma visão para o desenvolvimento de São Vicente?

- a) Sim
- b) Não
- c) Não Sabe/Não responde

5. O governo central acertou na sua política para São Vicente?

- a) Sim
- b) Não
- c) Não Sabe/Não Responde

5.1. E o governo local?

- a) Sim
- b) Não
- c) Não sabe/não responde

6. Considera que podemos acreditar que os dois governos (central e local) podem alavancar o desenvolvimento de São Vicente?

- a) Sim
- b) Não
- c) Não sabe/não responde

7. Que nota de 0 à 10, atribui ao governo central no tocante a estratégia adoptada para a ilha de São Vicente?

8. Que nota de 0 à 10, atribui ao governo local no tocante a estratégia adoptada para a ilha de São Vicente?

9. Hoje fala-se muito na descentralização em São Vicente. Considera que há condições para maior descentralização?

- a) Sim
- b) Não
- c) Não sabe/não responde

10. E quanto a questão da regionalização? É a favor da regionalização?

- a) Sim
- b) Não
- c) Não sabe/não responde

11. Acha que com a regionalização, a ilha de São Vicente pode desenvolver mais?

- a) Sim
- b) Não
- c) Não sabe/não responde

Muito obrigada!